

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO  
DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2013, NA SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO DE  
LAMEGO**

**PRESENCAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores Manuel António Rebelo Ferreira, José Fernandes Pereira, Armínio José Teixeira Mendes, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, e Isolina Augusta Rodrigues Guerra.

**AUSÊNCIAS**

Não se verificaram ausências.

**SECRETARIOU**

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PROTEÇÃO CIVIL (COD. 52)**

O Vereador **Manuel António Rebelo Ferreira** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a questão das águas pluviais do Bairro de Santo Estevão. Afirmou que durante os períodos de grande precipitação e porque muitos cursos de água são desviados para as valetas daquele bairro, as casas são invadidas. Esta situação é muito frequente, pelo que, tem causado transtornos e grandes prejuízos às famílias. Assim, o senhor Vereador quer saber o que tem sido feito

Presidente

Secretária

para resolver a situação, até porque as pessoas já apresentaram por diversas vezes o problema à Câmara Municipal.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao senhor Vereador Manuel António Rebelo Ferreira afirmando que este assunto já mereceu intervenção dos serviços camarários ao efetuarem um corte transversal das águas pluviais, no pavimento, a meio do arruamento, na tentativa de desviar estas águas para a mata dos Remédios. Isto resultou parcialmente, pois quando chove com mais intensidade, a água transborda o corte efetuado, pelo que irá ser efetuado outro corte a montante dividindo, assim, o caudal. Estas medidas irão ser complementadas com uma valeta mais profunda, quando a Irmandade Nossa Senhora dos Remédios construir o muro previsto para aquele local, medidas estas que irão minimizar os transtornos existentes quando chove com mais intensidade.

#### AMBIENTE (COD. 04.A)

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** levantou a questão da varredura e do corte de arbustos e vegetação dos muros envolventes ao Bairro de Nazes. Segundo os moradores, o material orgânico acumula-se nas bermas durante vários dias, sem que os serviços respetivos o retirem. Também os arbustos dos muros envolventes possuem já um crescimento desmesurado, dificultando o acesso às garagens e permitindo inclusive o depósito de detritos nesses locais.

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** referiu-se também à forte vegetação de arbustos perto da casa do senhor Rocha e das casas do senhor José da Silva, que saem bastante para a estrada e como lá não existem passeios, os transeuntes têm de passar por cima do pavimento da estrada, colocando-as em perigo.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que as rotinas de limpeza estão definidas no contrato de prestação de serviços da recolha de resíduos sólidos e varredura e que está fixado há anos e que tem sido considerado satisfatório. Em relação à limpeza de espaços verdes, corte de sebes e árvores é feita pelos serviços com base numa rotina regular e, obviamente, com base nas chamadas de atenção que os munícipes vão fazendo. No entanto, este assunto

Presidente

Secretária

irá ser remetido aos serviços para analisar a situação, sustentado nalguma intervenção.

#### TRÂNSITO (COD. 62)

O senhor Vereador **Manuel António Rebelo Ferreira** questionou o Presidente da Câmara sobre o ponto da situação do processo que alguns comerciantes da Rua de Almacave endereçaram à Câmara sobre o que consideram ser o excesso de passadeiras junto à Igreja de Almacave, o que retirou e dificulta o estacionamento pontual de acesso aos estabelecimentos comerciais.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que em relação a este assunto existe ali um problema grave pois muitas pessoas acham que o estacionamento deveria ser em espinha, não devia ser em linha, outras pessoas acham que as cargas e descargas deviam ser colocada no cimo da rua, outras pessoas dizem que era melhor no fundo, outros, ainda, que deveria ser colocada no lado direito quem desce, mas a maior parte do comércio encontra-se do lado esquerdo e depois obrigava-as a atravessar a rua com as cargas na mão. Portanto, em relação às passadeiras acontece a mesma coisa e, por isso, a Câmara Municipal é que tem de decidir e foi decidido com base nas pretensões dos comerciantes, articulando-se com a PSP, tendo em conta aquilo que é legal e regulamentar, uma vez que as passadeiras têm regras para ser implementadas e depois tendo em conta aquilo que responde às necessidades de todos e não, pontualmente, à vontade do comerciante que tem a passadeira à porta e que gostaria que ela estivesse noutro lugar, para poder estacionar. Afirmou que estas situações são, obviamente, muito difíceis de gerir, mas irá este assunto ser remetido aos serviços de trânsito para reavaliarem a situação, mais uma vez, com a PSP e com os comerciantes.

#### EDUCAÇÃO (COD. 20)

O senhor Vereador **Manuel António Rebelo Ferreira** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre os rumores que correm acerca da integração da Escola de Cambres na Associação de Freguesias do Norte. Inquiriu qual a intenção, os motivos e as vantagens desta integração e se o Presidente da Câmara tinha falado com o Presidente da Junta acerca do assunto. Considera,

Presidente

Secretária

no mínimo estranho que mais uma vez esta questão da transferência das competências no campo da educação seja equacionada com uma freguesia do PS. Depois de Penude e Magueija, freguesias lideradas por Presidentes socialistas, que o Presidente integrou compulsivamente na Associação de Freguesias do Norte, agora é Cambres que é visado. Diz esperar que estas decisões não tenham motivações político-partidárias.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que é sempre frontal em relação a essas questões político-partidárias, sendo que é também em relação a tudo o resto. Recordou que, quando construiu o Centro Escolar, nomeadamente o Centro Escolar de Lamego, e criaram as Associações de Freguesias, quem ficou a presidir a Associação de Freguesias, não foi o Presidente de Junta de Almacave, o que seria lógico, por ser a maior freguesia e a que tinha o maior centro escolar que era extinto e integrado no novo. Recordou, ainda, que quando foi construído o Centro Escolar n.º 2, e na altura era Presidente da Junta o senhor Adrega, que era uma pessoa próxima, apesar de ter vindo depois a integrar a lista do Partido Socialista, o que não era expectável na altura, e teve exatamente o mesmo critério, de integrar a gestão do Centro Escolar de Lamego n.º 2 na associação de freguesias do Sudeste, independentemente, das questões partidárias e, também, a meio do mandato, tendo a Junta da Sé aderido à associação, mas não pode integrar os órgãos sociais. Portanto, a regra é sempre a mesma e é a de fazer o que se revelar mais importante para o cumprimento dos objetivos globais que têm para a área da educação no concelho, sendo que, pontualmente é necessário sacrificar alguns interesses mais locais, e pessoais, das pessoas que gostavam que a situação fosse de outra forma. Contudo, afirmou que, como sempre, o assunto será previamente colocado à discussão e se é quando for oportuno.

#### CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador José Fernandes Pereira** referiu-se à recente eleição do senhor Eng. Francisco Lopes como Presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro – CIMDOURO, ato prestigiante para o concelho de Lamego e é um sinal de reconhecimento pelo trabalho e pela forma dinâmica e rigorosa com que tem gerido os destinos do Município de Lamego, por isso, deseja-lhe os maiores

Presidente

Secretária

êxitos e venturas neste novo cargo. Estando ciente que muito contribuirá para o desenvolvimento da região do Douro.

Os senhores **Vereadores Jorge Guedes Osório Augusto e Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** subscreveram as palavras do senhor Vereador José Fernandes Pereira, congratulando-se com a recente eleição do senhor Eng. Francisco Manuel Lopes, sinal do seu prestígio e capacidade de liderança, à semelhança dos cargos que vem exercendo noutras associações.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** também quis realçar e felicitar por ter sido eleito primeiro Vice-Presidente da Associação dos autarcas Sociais-Democratas que, efetivamente, é prestigiante para a força política que o senhor Eng. Francisco Manuel Lopes representa e para o Município de Lamego.

#### CAMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** agradeceu ao senhor Vice-Presidente da Câmara pela informação que lhe foi dada sobre água, bem como aos colaboradores da autarquia pela disponibilidade que demonstraram.

#### ELETRICIDADE (COD. 21)

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** referiu-se sobre a segurança das ruas de Lamego, sobretudo durante a noite, existem zonas como sejam junto ao Centro Escolar de Lamego, do Ciclo e do Liceu, afirmando que por volta das 17.30h as mesmas têm pouca luminosidade e porque existem passeadeiras junto a estes locais, põe em perigo os transeuntes que as utilizam.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que em relação à iluminação pública é acionada por relógios astronómicos, que acompanha o nascer e o por do sol e permite acionar ou na hora do por do sol, ou do nascer do sol, ou ainda antes ou depois conforme se quiser. Como é evidente, o nível de luminosidade não é constante, sendo que os relógios astronómicos permitem ajustar dia-a-dia a hora de ligar ou desligar, que vai evoluindo conforme a hora legal, mas nem sempre de acordo com as condições atmosféricas que também interferem com os níveis de iluminação. Em relação aos desligamentos pontuais, existe um conjunto de armaduras desligadas em todo o concelho de Lamego, sobretudo na cidade, onde a densidade é maior e que permitiram poupanças

Presidente

Secretária

muito significativas, na ordem dos 10.000€/mês, eventualmente um pouco mais, de redução de pagamento. Mas esses desligamentos foram feitos com critérios, ou seja, só foram desligadas armaduras que causavam menos inconvenientes à circulação, à segurança, seja rodoviária, seja pedonal travessia das passadeiras. O que poderá haver é lâmpadas fundidas e isso é um problema muito grande, pois a EDP só vem substituí-las quando existe um número grande de lâmpadas avariadas. Mas se houver passadeiras que não estão iluminadas, nesse caso a Câmara tem de avisar a EDP de forma mais incisiva para acelerar o processo de substituição, uma vez que os candeeiros que iluminam as passadeiras não estão desligados propositadamente ao abrigo da poupança de energia. Quanto à zona do CEL, havia efetivamente uma avaria que provocava o disparo dos disjuntores de uma ou duas fases, o que foi resolvido.

#### EDUCAÇÃO (COD. 20)

A senhora **Vereadora Isolina Augusta Rodrigues Guerra** referiu-se a uma operação STOP efetuada, pela Brigada de Trânsito, que ocorreu junto ao cruzamento para Lalim, às carrinhas de transporte de crianças, dizendo que gostaria de saber se estava tudo legal.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu à senhora Vereadora que se fossem carrinhas da Câmara saberia, mas como não são, não sabe, estando confiante de que estivesse tudo legal, uma vez que essa responsabilidade é das freguesias e das associações de freguesias. Contudo, referiu que é bom que façam este tipo de operações, para garantir que as crianças são transportadas em perfeitas condições de legalidade e de segurança. Em relação à delegação dos transportes escolares nas freguesias e associações de freguesias têm exatamente o objetivo de desvincular a Câmara Municipal da responsabilidade quer com viaturas, quer com pessoal com as competências correspondentes, porque os motoristas de transporte escolar têm de ter formação específica, e ter um conjunto de autorizações e licenças que vão muito para além das de um veículo normal, ou seja, têm uma série de requisitos a que é necessário responder. Portanto, todas essas responsabilidades foram transferidas da Câmara para as juntas de freguesias e associações de freguesias competindo-lhes, de acordo com o protocolo, cumprir estritamente a lei, sendo

Presidente

Secretária

normal, regular e desejável que as forças de segurança façam essas verificações, sendo que por vezes são excessivas nesse controlo e outras vezes são demasiado permissivas.

#### JUNTAS DE FREGUESIA (COD 37)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, proveniente da Junta de Freguesia de Penajóia, no qual convidam para um almoço de Natal dos reformados do ano de 2013, que se realizará no salão de festas da Junta de Freguesia de Penajóia, no dia 22 de dezembro de 2013.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

#### RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 22 de novembro de 2013, cuja dotação orçamental é de 1.337.646,23€ e dotação não orçamental é de 100.829,88€.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

### ORDEM DO DIA

#### **01-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013 (COD 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 11 de novembro de 2013, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu o seguinte: *“Estranhei o comentário ou declaração de voto proferida pelo Vereador Manuel António Rebelo Ferreira em relação às questões relacionadas com o abastecimento de água, fazendo a mesma declaração para os processos de contraordenação, que constituem eventuais infrações e irregularidades cometidas pelos consumidores,*

Presidente

Secretária

*bem como aos pedidos de rescisão de contrato de água, independentemente do motivo, e ainda aos atrasos nos pagamentos, sendo eu a impressão de que são matérias que merecem um tratamento diverso e que não podem ser colocadas da mesma forma, nomeadamente considerando que adjacente a todos estes problemas existe um problema de tarifário elevado.”*

**02-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA (COD. 01)****REQUERENTE: JOSÉ JESUS ANTUNES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 547/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 838/DMSU, de 7 de novembro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 89165, do mês de julho de 2013, no valor de 338,95€, referente à instalação de água n.º 1965, bem como a atribuição de crédito de 55m3, a considerar na faturação subsequente, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 119,59€.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**03-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA (COD. 01)****REQUERENTE: MARÍLIA MOTA REBELO DOS ANJOS SOEIRO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 548/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 814/DMSU, de 31 de outubro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 116587, do mês de setembro de 2013, no valor de 46,20€, referente à instalação de água n.º 3659, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 44,18€.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**04-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA (COD. 01)****REQUERENTE: JOÃO FERNANDES REBELO**



Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 549/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 820/DMSU, de 1 de novembro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 105086, do mês de agosto de 2013, no valor de 290,00€ e da fatura n.º 118438, do mês de setembro de 2013, no valor de 255,55€, referente à instalação de água n.º 911, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando os valores corrigidos dos dois meses a ser de 13,59€.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**05-ASSUNTO:** CONVITE AO MUNICÍPIO DE LAMEGO PARA SER ENTRONIZADO COMO CONFRADE DE HONRA E DEVOÇÃO DA CONFRARIA GASTRONÓMICA DA RAÇA AROUQUESA (**COD. 08**)

Presente à reunião o ofício n.º 10, datado de 4 de novembro de 2013, emanado da Confraria Gastronómica da Raça Arouquesa, com sede na Vila de Arouca, no qual manifestam o desejo de, em nome do Município, aceite o convite para que no próximo Capítulo Solene, a realizar no dia 1 de dezembro seja entronizado como Confrade de Honra e Devoção da referida Confraria.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**06-ASSUNTO:** AUTO DE NOTÍCIA POR CONTRAORDENAÇÃO (**COD 17**)

**INFRATOR:** JOSÉ DO CARMO LIMA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 550/17/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que a PSP de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno sito na Calçada da Guerra, na freguesia de Lamego, o senhor José do Carmo Lima realizava uma queimada, sem obedecer aos condicionalismos impostos pelo artigo 27º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Face ao exposto propõe à Câmara Municipal a instauração do processo de contraordenação a José do Carmo Lima e a designação do Dr. Orlando Vítor Fernandes Nunes como instrutor do mesmo.

Presidente

Secretária

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**07-ASSUNTO:** AUTO DE NOTÍCIA POR CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

**ARGUIDO:** VÍTOR MANUEL CONCEIÇÃO SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 551/17/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno sito no Lugar da Veiga, em Lalim, o senhor Vítor Manuel Conceição Silva, tinha uma plantação indevida de Eucaliptos, plantados junto a terrenos de regadio, não respeitando as medidas exigidas no n.º 1 do Decreto-Lei n.º 28039, de 14 de setembro de 1937.

Face ao exposto nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril, propõe à Câmara Municipal a instauração do processo de contraordenação, a Vítor Manuel Conceição Silva e a designação do Dr. Orlando Vítor Fernandes Nunes como instrutor do mesmo.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**08-ASSUNTO:** PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A DANOS SOFRIDOS NA VIATURA (COD 17)

**REQUERENTE:** PATROCÍNIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA MEDEIROS

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE REPOLOS – SOUTO COVO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 543/17/13 do senhor Presidente da Câmara que vem acompanhada da informação n.º 500/PAT, dando conhecimento da pretensão da senhora Patrocínia da Conceição Ferreira Medeiros, de ser ressarcida de 1.440,84€ (mil, quatrocentos e quarenta euros e oitenta e quatro cêntimos), que corresponde ao valor dos danos que sofreu na sequência de sinistro de que foi alvo no dia 03 de agosto de 2013, pelas 09.00h, na estrada de souto Covo. A lesada seguia na referida via. quando na tentativa de se desviar de um buraco, foi de encontro a outro, o que provocou o rebentamento imediato do pneu da frente do lado direito, e danos ao nível do braço da direção, amortecedor, rótula da suspensão e tirante da barra estabilizadora. Não apresenta o auto das autoridades, mas apresenta testemunha do sucedido.

Presidente

Secretária

O sinistro foi participado à Companhia de Seguros Açoreana, no dia 7 de agosto através do ofício n.º 9583 e a peritagem efetuada no dia 21 de agosto.

Entretanto, a lesada recebeu ofício da seguradora, dando-lhe conhecimento que a reclamação não se afigura suscetível de acionar a garantia de responsabilidade civil, pelo que se dirigiu a este serviço e redigiu novo requerimento.

O perito transmitiu aos serviços que não haveria lugar a indemnização, porque não se tratava de um buraco no local, mas de uma estrada inteira em muito mau estado, e que é da responsabilidade do Município manter as estradas transitáveis.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere o pedido da requerente.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indemnizar a requerente no valor de 1.440,84€ (mil, quatrocentos e quarenta euros e oitenta e quatro cêntimos), correspondentes ao valor dos danos que sofreu na sequência de sinistro com a sua viatura.

**09-ASSUNTO:** CONSELHO GERAL DA ESCOLA SECUNDÁRIA /3 DE LATINO COELHO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 552/20/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal propondo à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho, datado de 12 de novembro de 2013, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no qual designou os seguintes representantes do Município de Lamego para integrarem o Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Latino Coelho:

- Dra. Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Vereadora da educação, ação social e cultura;
- Sr. António Manuel da Costa Roçado, Presidente da Junta de Freguesia de Lamego;
- Sr. Macário Cardoso Rebelo, Presidente da Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego.

Presidente

Secretária

**Deliberação:** Ratificado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” e os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** declarou que na sua opinião esta votação deveria respeitar o estipulado no artº 55 da Lei 75/2013, o que não aconteceu.

**10-ASSUNTO:** PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA CONCESSÃO DO ALVARÁ DE SEPULTURA (**COD 15**)

**REQUERENTE:** MARIA FILOMENA DA PIEDADE ROCHA SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 55315/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que na sequência da concessão de Alvará da sepultura n.º 61A da 4ª secção – Cruz Alta à senhora Maria Filomena da Piedade Rocha Silva, veio a requerente solicitar o pagamento das taxas devidas, no valor de 812,60 €, em quatro mensalidades iguais de 203,15€.

Esta situação está contemplada no n.º 1 do artigo 15º do Regulamento Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 2 do referido artigo, a aprovação do pedido da requerente.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**11-ASSUNTO:** AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD 26**)

**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 554/26/13 do senhor Presidente da Câmara, para que seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no dia 7 de dezembro de 2013, das 21.00h às 22.00h, no âmbito da realização dos Festejos em Honra de Nossa Senhora da Conceição, a realizar no Lugar da Capela, em Valdigem, desde que não sejam lançados balões com mecha acesa ou qualquer tipo de foguetes.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

**12-ASSUNTO:** REQUALIFICAÇÃO DO ESCADÓRIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 555/41/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, através da qual, nos termos do artigo 18.º, alínea a) do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o artigo 36, do n.º 1 do CCP, propõe à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 15 de novembro de 2013, no qual aprovou a prorrogação de prazo para apresentação das propostas, conforme proposto pelo Júri, na informação n.º 469/DOM, de 15 de novembro de 2013.

**Deliberado:** Ratificado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me e reitero a fundamentação que apresentei quando tive conhecimento do processo pela primeira vez. Considero que não estou na posse de todas as informações e conhecimentos que me permitam decidir de modo esclarecido sobre o assunto. Só tive acesso ao processo durante a reunião, o que inviabiliza o meu estudo e análise criteriosa. Contudo, após as explicações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara, considero admitir que o “Programa de valorização e qualificação ambiental e territorial do património cultural, a executar na valorização e requalificação patrimonial do escadório de Nossa Senhora dos Remédios”, é uma mais-valia e um benefício para a comunidade geral. Todavia, atendendo às dificuldades económicas e financeiras do município, que são muitas e graves, tenho dúvidas sobre a prioridade deste investimento.”*

**13-ASSUNTO:** REQUALIFICAÇÃO DO ESCADÓRIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 576/41/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, através da qual, nos termos da alínea a) do artigo 18.º, alínea a) do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o artigo 36, do n.º 1 do CCP, propõe à Câmara Municipal que seja ratificado o seu

Presidente

Secretária

despacho, datado de 19 de novembro de 2013, no qual aprovou o novo mapa de quantidades/medições da empreitada em apreço, mapa esse efetuado após revisão dos erros e omissões apresentados durante a fase do concurso para esse efeito, e respondidos pelos autores do projeto, mantendo-se o preço pelo qual o Município se propunha executar a obra, ou seja, pelo valor de 990.086,78€, acrescido do IVA, à taxa em vigor.

**Deliberação:** Ratificado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me nesta proposta e reitero a fundamentação que apresentei quando tive conhecimento do processo pela primeira vez. Considero que não estou na posse de todas as informações e conhecimentos que me permitam decidir de modo esclarecido sobre o assunto. Só tive acesso ao processo durante a reunião, o que inviabiliza o meu estudo e análise criteriosa. Contudo, após as explicações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara, considero admitir que o “Programa de valorização e qualificação ambiental e territorial do património cultural, a executar na valorização e requalificação patrimonial do escadório de Nossa Senhora dos Remédios”, é uma mais-valia e um benefício para a comunidade geral. Todavia, atendendo às dificuldades económicas e financeiras do município, que são muitas e graves, tenho dúvidas sobre a prioridade deste investimento.”*

**14-ASSUNTO:** MUSEU DO ENTRUDO – CENTRO INTERPRETATIVO DA MASCARA IBÉRIA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 41**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 556/41/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, através da qual, nos termos do artigo 18.º, alínea a) do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o artigo 36, do n.º 1 do CCP, propõe à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 15 de novembro de 2013, no qual aprovou a prorrogação de prazo para apresentação das propostas, conforme proposto pelo Júri, na ata n.º 1, datada de 15 de novembro de 2013.

Presidente

Secretária

**Deliberação:** Ratificado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

O senhor Vereador Manuel António Rebelo Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me nesta proposta e reitero a fundamentação que apresentei quando tive conhecimento do processo pela primeira vez. Considero que não estou na posse de todas as informações e conhecimentos que me permitam decidir de modo esclarecido sobre o assunto. Só tive acesso ao processo durante a reunião, o que inviabiliza o meu estudo e análise criteriosa. Contudo, após as explicações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara, considero admitir que o “Museu da Máscara” é uma mais-valia e um benefício para a comunidade geral. Todavia, atendendo às dificuldades económicas e financeiras do município, que são muitas e graves, tenho dúvidas sobre a prioridade deste investimento.”*

**15-ASSUNTO:** VENDA POR NEGOCIAÇÃO DIRETA DO LOTE N.º 1, DA ZONA INDUSTRIAL DE LAMEGO, 1ª FASE, COM INTERVENÇÃO ENTIDADE DE LEASING (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 557/47/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 502/DFP, dando conhecimento da venda por negociação direta do lote 1, da Zona Industrial de Lamego - 1ª fase, pelo valor de 50.000,00€ à empresa António Freitas - Comércio de produtos alimentares e outros, Lda.

Devido à necessidade de financiamento, na escritura de compra e venda haverá necessidade de intervenção de uma entidade de leasing ou factoring.

Como esta situação, não se encontra prevista no caderno de encargos, que serviu de base ao procedimento de venda por hasta pública, nos termos do ponto 9.2.3) do Caderno de encargos, competirá à Câmara Municipal resolver os casos não previstos.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação das seguintes condições, devido à possibilidade de intervenção de uma entidade de leasing:

Presidente

Secretária

- a) Autorizar a intervenção de uma entidade de leasing ao factoring, na escritura de aquisição do lote 1;
- b) Permitir a venda ou cedência do lote, independentemente de prévia autorização da Câmara Municipal, se o adquirente for o locatário do leasing;
- c) Após a assinatura da escritura de compra e venda e por um período de cinco anos, a Câmara Municipal goza do direito de preferência em caso de alienação do lote e de construções nele edificadas, exceto no caso de venda do locado ao próprio locatário.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**16-ASSUNTO:** ACORDO DE PARCERIA COM A FNAC PARA PROMOÇÃO DO PARQUE BIOLÓGICO DA SERRA DAS MEADAS (**COD 52-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 558/52-A/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que o Parque Biológico da Serra das Meadas se encontra numa fase de crescimento e consolidação como equipamento dedicado ao lazer, à educação ambiental e à conservação da natureza. Importa por isso recorrer a todos os meios que se julguem adequados, de promoção e divulgação, na região e no país, deste equipamento da Câmara Municipal de Lamego, de forma a atingir as metas de crescimento previstas.

A FNAC dispõe de uma oferta inigualável em produtos culturais e tecnológicos. Entre os artigos disponíveis nas 17 lojas e a oferta online, a FNAC disponibiliza mais de 400.000 referências: mais de mais de 4.500 Jogos e Consolas, mais de 3.000 artigos de informática, mais de 3.000 artigos de Imagem e Som, mais de 2.000 Telemóveis, Acessórios e GPS, mais de 4.000 artigos de fotografia e mais de 50.000 artigos dedicados aos mais pequenos (FNAC Kids).

Além da diversidade de produtos disponíveis nas lojas, a FNAC oferece inúmeros serviços, como a possibilidade de encomendar livros não referenciados, discos importados e entrega gratuita ao domicílio (válida para aderentes FNAC).

A FNAC atualmente através do seu Cartão FNAC tem parcerias com vários parceiros nas áreas da cultura, lazer e bem-estar e atividades em família, incluindo alguns exemplos na área de atividade do Parque Biológico.



Presidente

Secretária

A realização duma parceria estratégica com a FNAC, oferece-nos a possibilidade de promover o Parque Biológico da Serra das Meadas, e em contrapartida o Parque poderia oferecer 25% de desconto no bilhete de adulto portador do Cartão FNAC, e entrada gratuita para as crianças acompanhadas por estes adultos.

Assim, propõe à Câmara Municipal que seja aprovado o acordo de parceria entre a Câmara Municipal e a FNAC Portugal, para promoção do Parque Biológico da Serra das Meadas.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**17-ASSUNTO:** COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO NA FREGUESIA DE LAMEGO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 559/62/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho, datado de 12 de novembro de 2013, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no qual autorizou a implementação da seguinte sinalização de trânsito, na Freguesia de Lamego:

- Retirar o sinal vertical de cedência de passagem (B1), no entroncamento da Meia Laranja, no sentido rua Cónego José Pinto Teixeira – A24.
- Colocar o sinal vertical de cedência de passagem (B1), no entroncamento da meia Laranja, no início da rua Quinze de Março, no sentido rua Alexandre Herculano – A24.

A sinalização anteriormente referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002 de 20.08.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**18-ASSUNTO:** REALIZAÇÃO DO DESFILE DO CALOIRO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 560/62/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal a ratificação do seu despacho, datado de 14 de novembro de 2013, no qual autorizou a realização do desfile do caloiro a realizar dia 17 de novembro de 2013,

Presidente

Secretária

organizado pela Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, em vários arruamentos da cidade de Lamego.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**19-ASSUNTO:** AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO COMBOIO TURISTICO (**COD 62**)

**REQUERENTE:** CRYSEIA, ANIMAÇÃO TURISTICA E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 561/62/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 853/DMSU, de 15 de novembro de 2013, propondo ao Executivo que autorize a exploração e circulação do Comboio Turístico pelo período de um ano à Cryseia (animação turística e organização de eventos, Lda.), nos seguintes circuitos:

Avenida Dr. Alfredo de Sousa, Rua Alexandre Herculano, Rua Cónego José Pinto Teixeira (EN2-limitado ao troço sob jurisdição camarária), Lugar da Raposeira (Caves), Santuário dos Remédios, Rua de Santa Cruz, Rua do Desterro, Rua Cardoso Avelino, Av. Visconde Guedes Teixeira, Av. 5 de Outubro, Av. Padre Alfredo Pinto Teixeira, Rua das Chagas, Rua 28 de Maio, Rua Marquês de Pombal, Praça do Comércio, Rua de Almacave, Rua Cândido dos Reis, Rua do Teatro, Rua do Regimento Infantaria n.º 9, Lugar de S. João (Adega Cooperativa) Avenida General Alves Pedrosa, Ortigosa, Relógio do Sol, Bairro da Ponte, Balsemão, Alvelos, Rina, Av. D. Egas Moniz, Rua Visconde de Arneirós, Rua da Calçada da Guerra, Arneirós e Serra das Meadas.

Mais propõe que nos dias principais das festas de nossa Senhora dos Remédios (dias 6,7,8 e 9 de setembro) no arruamento de acesso à Nossa Senhora dos Remédios o comboio turístico circule só no sentido ascendente, desde a Rua Cónego José Pinto Teixeira até à Rua Visconde de Arneirós.

E ainda que autorize a paragem nos seguintes arruamentos:

Av. Dr. Alfredo de Sousa, Largo de Camões (junto à Sé Catedral), Rua das Chagas (junto ao Convento das Chagas) desde que não pare nas horas de maior fluxo de tráfego rodoviário (das 8.30h às 9.30h, das 13.00h às 14.30h e das 17.00h às 18.15h) e Praça do Comércio.

Presidente

Secretária

E autorize ainda o seguinte horário e tarifário: Períodos normais: das 08.00h às 21.00h; Períodos especiais: das 00.00h às 24.00h.

Os preços a praticar são: no circuito 1 de 4.00€ para adultos e de 2.00€ para crianças, no circuito 2 de 6.00€ para adultos e de 3,00€ para crianças, no circuito 3 de 6.00€ para adultos e de 3.00€ para crianças, no circuito 4 de 5.00€ para adultos e de 2.50€ para crianças.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o modo como é atribuída a exploração do comboio turístico. Perguntou, ainda, porque não foram consideradas na proposta da Câmara Municipal as informações sugeridas pela PSP, nomeadamente o facto de o comboio não parar na Praça do Comércio, uma vez que é uma zona crítica no que se refere à mobilidade rodoviária.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou que não se trata de uma concessão, mas apenas de uma autorização de circulação concedida a requerimento do interessado e que igual tratamento será dado a qualquer outra pretensão similar, até, naturalmente, se considerar que este serviço esteja saturado.

Mais informou que a paragem na praça do comércio é imperativa, por ser uma forma de animação desta parte alta da cidade, que já foi a principal zona comercial da cidade e que hoje passa por algumas dificuldades de procura. É igualmente a melhor localização para descarregar turistas que se dirijam ao bairro do castelo, não havendo qualquer inconveniente à paragem nesse local, onde aliás param autocarros de carreira pública.

**20-ASSUNTO:** PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSPEÇÃO DO ELEVADOR (COD 42)

**REQUERENTE:** DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DA EUCARISTIA

**LOCAL DA OBRA:** SENHORA DOS REMÉDIOS – SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 562/33-A/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo a qual refere que, face ao teor da informação n.º 2271/DUDE, de 8 de julho de 2013 a proprietária do ascensor em título

Presidente

Secretária

requereu a inspeção do elevador e a isenção do pagamento, nos termos da deliberação de Câmara de 20 de setembro de 2011 e de 15 de novembro de 2011.

Pelo exposto, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, propõe à Câmara Municipal que delibere se isenta a requerente do pagamento da taxa de inspeção do elevador, na sua totalidade ou se concede uma redução e de que valor.

**Deliberado:** Tendo em conta os antecedentes e tratando-se de uma instituição de cariz religioso sem meios financeiros, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar a requerente do pagamento total da taxa de inspeção do elevador.

**21-ASSUNTO:** QUEIXA DE MURO EM PERIGO DE DERROCADA –  
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (**COD 42**)

**REQUERENTE:** ANTÓNIO RODRIGUES

**LOCAL:** LUGAR DA TAMBOREIRA/PONTE NOVA - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 563/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo para que, face ao auto de vistoria n.º 38, de 31 de julho de 2013, e para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe de acordo com o proposto no capítulo VI – Conclusão, do citado auto de vistoria, nomeadamente deverão ser promovidos os trabalhos de estabilização do muro nomeadamente no troço com encurvadura, que passarão eventualmente pela colocação e recolocação de algumas pedras no/do muro, sem alterar os materiais constituintes do mesmo.

Propõe-se a concessão de um prazo de 30 dias aos proprietários para que iniciem os trabalhos acima descritos e de um prazo de 30 dias para a sua execução.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos e remeter o presente assunto à DUDE para notificar os proprietários, com conhecimento à Junta de Freguesia e à DMSU.

Presidente

Secretária

**22-ASSUNTO:** VISTORIA POR TRÊS TÉCNICOS – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

**REQUERENTE:** EDUARDO DO ESPÍRITO SANTO CORREIA DE MATOS

**LOCAL:** RUA CARDOSO AVELINO - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 564/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo para que, face ao auto de vistoria n.º 33, de 27 de junho de 2013, e para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe de acordo com o proposto no capítulo VII – Conclusão, do citado auto de vistoria, nomeadamente deverão ser promovidas as obras de conservação no interior do imóvel, nomeadamente paredes e pavimentos.

os trabalhos acima descritos deverão ser iniciados dentro de 15 dias e executados no prazo de 30 dias.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos e remeter o presente assunto à DUDE para notificar os proprietários, com conhecimento à Junta de Freguesia e à DMSU.

**23-ASSUNTO:** VISTORIA POR TRÊS TÉCNICOS – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO (COD 42)

**REQUERENTE:** FREGUESIA DA SÉ

**PROPRIETÁRIO:** CARLOS JOSÉ MOREIRA DUARTE

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DAS LAGES, N.º 10 - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 565/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo a qual refere que em 04/04/2013, foi, novamente, notificado o proprietário do imóvel senhor Carlos José Moreira Duarte para, no prazo de 30 dias a contar da receção do ofício, proceder à execução das obras referidas no auto de vistoria n.º 32 de 09/06/2011.

Em 14/05/2013 o referido proprietário veio informar que efetivamente era e é sua intenção proceder à realização das obras, mas que por vários motivos ainda não lhe foi possível executar as obras.

Mais informa que se encontra disponível para alienar o imóvel ao Município pelo seu valor patrimonial.

Presidente

Secretária

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere sobre a proposta do Sr. Carlos José Moreira Duarte.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos e remeter o presente assunto à DUDE para notificar os proprietários, com conhecimento à Junta de Freguesia e à DMSU.

**24-ASSUNTO:** ALTERAÇÃO DO CENTRO DIOCESANO DE LAMEGO (COD 42)

**REQUERENTE:** CENTRO DIOCESANO DE PROMOÇÃO SOCIAL

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DOS PRADOS – AV. EGAS MONIZ – SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 566/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo, que vem acompanhada da informação n.º. 2547/DUDE, datada de 5 de agosto de 2013, referindo que a requerente não apresentou os elementos solicitados e necessários à instrução do processo, propõe à Câmara Municipal que, nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, delibere a rejeição liminar do pedido e o arquivamento do respetivo processo, devendo promover-se a audiência prévia do requerente, nos termos do n.º. 5 do citado artigo.

**Deliberação:** Retirado da ordem de trabalhos, para melhor análise dos serviços.

**25-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (COD 42)

**REQUERENTE:** JOSÉ DE ALMEIDA

**LOCAL DA OBRA:** AV. 5 DE OUTUBRO - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 567/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo, que vem acompanhada da informação n.º. 2015/DUDE, datada de 14 de junho de 2013, referindo que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a notificação (mais um ano de prorrogação legalmente concedida), o ato de licenciamento caduca nos termos do n.º. 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere promover a audiência prévia, nos termos do n.º. 5 do citado artigo.

Presidente

Secretária

**Deliberado:** Retirado da ordem de trabalhos, para melhor análise dos serviços.

**26-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE VEDAÇÃO (COD 42)

**REQUERENTE:** LUÍS MANUEL DA FONSECA GONÇALVES

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA PORTELA - PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 568/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo, que vem acompanhada da informação n.º. 2015/DUDE, datada de 14 de junho de 2013, referindo que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a notificação (mais um ano de prorrogação legalmente concedida), o ato de licenciamento caduca nos termos do n.º. 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere promover a audiência prévia, nos termos do n.º. 5 do citado artigo.

**Deliberado:** Retirado da ordem de trabalhos, para melhor análise dos serviços.

**27-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR (COD 42)

**REQUERENTE:** EDUARDO JORGE DA COSTA TAVEIRA

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DA BAIANA - ALVELOS – SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 569/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo, que vem acompanhada da informação n.º. 2030/DUDE, datada de 17 de junho de 2013, referindo que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caduca nos termos do n.º. 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere promover a audiência prévia, nos termos do n.º. 5 do citado artigo.

**Deliberação:** Retirado da ordem de trabalhos, para melhor análise dos serviços.

**28-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR (COD 42)

**REQUERENTE:** JOSÉ MARIA PINTO

Presidente

Secretária

**LOCAL DA OBRA:** RUA DR. JUSTINO PINTO DE OLIVEIRA – ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 570/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo, que vem acompanhada da informação n.º. 2030/DUDE, datada de 17 de junho de 2013, referindo que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a notificação, o ato de licenciamento caduca nos termos do n.º. 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado, pelo que, propõe que a Câmara Municipal delibere promover a audiência prévia, nos termos do n.º. 5 do citado artigo.

**Deliberação:** Retirado da ordem de trabalhos, para melhor análise dos serviços.

**29-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS (COD 42)

**REQUERENTE:** CENTRO SOCIAL FILHAS DE S. CAMILO

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DOS PRADOS DA RINA – SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 571/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo que refere que de acordo com a informação n.º. 3458/DUDE, datada de 14 de novembro de 2013, e de acordo com o referido no artigo 24º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, compete à câmara municipal deliberar sobre as dispensas totais ou parciais do pagamento de taxas municipais e nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 26º do citado regulamento a câmara municipal pode isentar ou reduzir o pagamento das taxas constantes da Tabela Geral anexa, sem prejuízo das licenças ou autorizações necessárias a pagar por pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, associações culturais, desportivas, recreativas, religiosas, cooperativas ou profissionais e instituições particulares de solidariedade social. A requerente enquadra-se numa instituição particular de solidariedade social e o valor das taxas a liquidar é de 6.378,55.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar uma redução de 50% do valor das taxas a liquidar pelo licenciamento da obra de ampliação do lar de idosos, que assim passará de 6.378,455€ para 3.189,28€.



Presidente

Secretária

**30-ASSUNTO: ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM O SPORTING CLUBE DE LAMEGO (COD 20)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 572/20/13 da senhora Vereadora da Cultura, Educação e Desporto propondo à Câmara Municipal a aprovação da minuta da adenda ao protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e o Sporting Clube de Lamego, no valor de 10.000,00€ (dez mil euros), nos termos e com os fundamentos expressos na informação n.º 118/DEASC.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Manuel António Rebelo Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Não vejo inconveniente em auxiliar instituições como a que está em análise. Contudo, levanto algumas reservas relativamente a este tipo de ajuda. Estamos perante questões de exceção, que são delicadas e melindrosas. Além disso, as instituições ganham muitas vezes vícios e rotinas, que depois se tornam difíceis de anular. Por isso, o meu voto é de abstenção.”*

**31-ASSUNTO: PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO PATRONATO NUN' ALVARES PEREIRA (COD 20)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 573/20/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal em que dá conhecimento ao executivo do teor do ofício, emanado da Associação de Proteção à Juventude Patronato Nun'Alvares Pereira, datado de 19 de novembro de 2013, relativo à solicitação de um subsídio no valor de 12.500,00 € (doze mil e quinhentos euros), para solucionar uma situação atual de emergência e sobrevivência.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a atribuição do subsídio no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) à Associação de Proteção à Juventude Patronato Nun'Alvares Pereira.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Manuel António Rebelo Ferreira, tendo proferido a seguinte declaração de voto: *“Não vejo inconveniente em auxiliar instituições como a que está em análise. Contudo, levanto algumas reservas relativamente a este tipo de ajuda. Estamos perante questões de exceção, que são delicadas e melindrosas. Além disso, as instituições ganham muitas vezes vícios e rotinas, que depois se tornam difíceis de anular. Por isso, o meu voto é de abstenção.”*

Presidente

Secretária

**32-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)****REQUERENTE:** MARIA JOAQUINA MOUTINHO GUERRA – BAR DOCE BAR

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 574/51/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara, para que, no seguimento do pedido da gerente do Bar Doce Bar, seja ratificado o seu despacho, datado de 14 de novembro de 2013, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, no dia 14 de novembro de 2013, de acordo com o artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

**33-ASSUNTO: RECRUTAMENTO EXCECIONAL DE TRABALHADORES PARA PROVIMENTO DE VÁRIOS POSTOS DE TRABALHO (COD 44)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 575/44/13 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“Considerando que:*

*1- O Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, que procedeu à aplicação e adaptação à Administração Local da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações, (LVCR) designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos respetivos órgãos, determina nos artigos 4º e 9º que o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho previstos e não ocupados nos mapas de pessoal, aprovados nas condições estabelecidas no nº 2 do artigo 6º da LVCR, são precedidos de aprovação do respetivo órgão executivo (Câmara Municipal);*

Presidente

Secretária

**2-** O disposto no artigo 66º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013 (OE 2013), dispõe no seu artigo 1º, que as autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, salvo em situações excecionais devidamente fundamentadas;

**3-** Nos termos do nº 2 do citado artigo, a abertura de procedimentos concursais só pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no sector de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;
- b) Seja impossível a ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos nºs 1 a 5 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;
- c) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;
- d) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos no artigo 50º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas nºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, e na Lei nº 57/2011, de 28 de novembro;

Presidente

Secretária

- e) *Seja demonstrado o cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento da PAEF, considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior.*

**4-** *Nos termos do nº 8 do artigo 66º da LOE 2013, esta disposição tem carácter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.*

**5-** *Nesta conformidade, propõe: Que, nos termos do nº 2 do artigo 66º da LOE 2013, a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que autorize a abertura dos seguintes procedimentos concursais para o recrutamento excecional dos seguintes trabalhadores:*

• <i>Um técnico superior de engenharia Zootécnica;</i>
• <i>Um técnico superior Professor do ensino básico;</i>
• <i>Um técnico superior de Turismo;</i>
• <i>Um assistente operacional;</i>

*O conteúdo funcional, bem como os requisitos habilitacionais e outros encontram-se previstos no mapa de pessoal oportunamente aprovado.*

*Tendo em a vista constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, podem candidatar-se também candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida constituída.*

*A presente proposta fundamenta-se e tem por base o seguinte:*

- a) Os postos de trabalho encontram-se previstos na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado (CTI) e não ocupados no mapa de pessoal do município com a caracterização dele constante;*
- b) Foi ainda ponderado o recurso a outros instrumentos de mobilidade, nomeadamente mobilidade interna intercarreiras, através de uma consulta aos Srs. Chefes de divisão, para perceber se algum trabalhador com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, podia ser colocado nos serviços em questão. No entanto esta diligência processual mostrou-se infrutífera. Assim, e tendo em conta as informações dos respetivos serviços, é de manifesto interesse público que estes postos de trabalho sejam assegurados,*

Presidente

Secretária

*recorrendo ao recrutamento excecional de pessoal, através de um procedimento concursal;*

*c) Relativamente à previsão dos encargos com os recrutamentos em causa, encontram-se os mesmos previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;*

*d) Consultada a listagem dos registos na aplicação SIAL, verifica-se que este requisito tem sido cumprido integral e pontualmente o dever de informação;*

*- O SIOE é uma base de dados relativos à caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos respetivos recursos humanos;*

*- A Câmara Municipal de Lamego tem procedido regularmente ao carregamento e atualização dos dados, trimestralmente, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIAL), criado junto da Direção-Geral das Autarquias Locais, onde consta a caracterização das entidades públicas e caracterização dos recursos humanos das entidades públicas.*

*e) Quanto à demonstração do cumprimento da medida de redução mínima de trabalhadores da autarquia, comprova-se pelo mapa em anexo.*

✓ *Pedidos de aposentação 2012:*

NOME	CARREIRA	DATA PEDIDO
<i>Jorge Carmo Costa</i>	<i>Assist. Operacional</i>	<i>2012/09/26</i>
<i>Natércia Maria Rebelo Inácio</i>	<i>Assist. Operacional</i>	<i>2012/10/17</i>
<i>Henrique Teixeira de Almeida</i>	<i>Assist. Operacional</i>	<i>2012/11/06</i>
<i>Alfredo Carvalho Oliveira</i>	<i>Assist. Operacional</i>	<i>2012/11/06</i>

✓ *Até à data de hoje existem 3 saídas de trabalhadores com CTI:*

NOME	CARREIRA	DATA SAÍDA
<i>Juliana Renata Cardoso Rodrigues Santos</i>	<i>Assistente Técnica</i>	<i>20/02/2013*</i>

Presidente

Secretária

<i>António Manuel Costa Roçado</i>	<i>Assistente Técnico</i>	<i>12/10/2013**</i>
<i>Manuel da Conceição Paulo</i>	<i>Assistente Operacional</i>	<i>01/11/2013***</i>

\*Licença sem vencimento

\*\* Comissão extraordinária de serviço público

\*\*\* Aposentação

✓ Existe uma saída de uma trabalhadora com CTTC:

<i>Ana Teresa de M. Paiva Botelho</i>	<i>Técnico Superior</i>	<i>02-12-2010</i>	<i>01-12-2012</i>	<i>24-05-2013</i>
---------------------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Desde o ano de 2009, o Município de Lamego tem vindo a reduzir trabalhadores, quer pelo número de aposentações que ocorreram, quer pela política de contenção de efetivos continuada e prosseguida nos últimos anos.

Nesta perspectiva este Município cumpriu com a meta de redução de 2% do nº de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de dezembro de 2012, de acordo com o artigo 65º nº 1 da lei do Orçamento de Estado para 2013.

É neste contexto que, dado o término de 7 contratos de trabalho a termo certo e tendo em consideração o cumprimento da redução de 50%, do número de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, nos termos do artigo 59º da LOE 2013, e havendo necessidade imperiosa de assegurar algumas das funções que vinham sendo desempenhadas, sob pena de se criarem dificuldades ao normal funcionamento dos serviços, agora reforçados com renovadas e acrescidas funcionalidades, por força da entrada em vigor, em janeiro próximo, da nova estrutura orgânica, impõe-se a ocupação dos seguintes postos de trabalho:

Um posto de trabalho - Técnico Superior (Engenharia Zootécnica) – Maneio de cavalos; planeamento e construção de novos parques faunísticos; manutenção de instalações e parques faunísticos; gestão de materiais; apoio e colaboração no planeamento dos eventos da Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida e do Município, concretamente, Feira de Santa Cruz, Exposição Canina e Feira Medieval. Tratando-se de uma necessidade permanente dos serviços, torna-se necessário recrutar um trabalhador que possa desempenhar estas funções ora descritas, e cujo lugar se encontra previsto no mapa de pessoal e os encargos com este recrutamento previstos no Orçamento do Município para 2013;

Presidente

Secretária

*Um posto de trabalho - Técnico Superior (Professor do ensino básico) - Acolhimento personalizado e primeiro contacto com o espaço/serviço Lamego Digital, envolvimento e motivação dos utilizadores, apoio e assistência no acesso aos meios informáticos e Internet. Animação do espaço, concretização das ações propostas no plano de atividades, implementação e realização de ações de sensibilização e formação destinadas a públicos-alvo específicos. Assim dada a afluência bastante acentuada de crianças ao espaço/serviço Lamego Digital, é de todo premente a contratação de um técnico superior nesta área, cujo posto de trabalho se encontra previsto no mapa de pessoal para 2013 e os encargos com o recrutamento que ora se propõe, previstos no Orçamento do Município;*

*Um posto de trabalho - Técnico Superior (Turismo) – Turismo- Realizar eventos e iniciativas com carácter turístico e de lazer nas áreas, entre outras, do artesanato, restauração/gastronomia, turismo social, animação de espaços públicos e programas e circuitos turísticos temáticos; Promover outras ações que se tornem essenciais para o desenvolvimento sustentável e qualitativo do turismo local; Participar e integrar projetos, planos e iniciativas que interajam com o desenvolvimento do turismo local e regional; Educação-Apoio às atividades escolares, letivas e não letivas; Encaminhamento de todo o tipo de solicitações por parte da comunidade escolar; Colaboração na implementação do “Museu Pedagógico”. Cultura- Elaboração dos protocolos com Associações de índole cultural; Apoio à realização das atividades das Associações e coletividades do Concelho de Lamego; Organização do Desfile de Carnaval das Escolas Públicas e Privadas do Concelho; Organização das Solenidades da Semana Santa em conjunto com a Diocese de Lamego e Santa Casa da Misericórdia de Lamego; Membro da Equipa organizadora da Montra de Oportunidades, que contou no presente ano com a sua IV edição; Membro da Equipa organizadora da Feira Medieval de Lamego; Programação da animação de Verão do Parque Isidoro Guedes; Coordenação do Prémio A. de Almeida Fernandes; Apoio ao lançamento de livros apoiados pelo Município; Interação com o Teatro Ribeiro Conceição, no que concerne à articulação com as atividades desenvolvidas naquele equipamento pelas Escolas do Concelho e Associações de natureza Cultural; Requisição de bens e serviços para o funcionamento de atividades de natureza cultural; Estando este lugar previsto no*

Presidente

Secretária

*mapa de pessoal, foram os encargos com o recrutamento que ora se propõe, previstos no Orçamento do Município para 2013.*

*Um posto de trabalho – Assistente Operacional (Jardineiro) - Cultiva flores, árvores ou outras plantas e semeia relvados em parques ou jardins públicos; procede à limpeza e conservação dos arruamentos e canteiros; é responsável pela limpeza, afinação e lubrificação do equipamento mecânico; procede a pequenas reparações, providenciando em caso de avarias maiores o arranjo do material. Estando este lugar previsto no mapa de pessoal, foram os encargos com o recrutamento que ora se propõe, previstos no Orçamento do Município para 2013.*

*Finalmente e no que concerne ao artigo 43º da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro, o Orçamento de Estado para 2011, preceito que ainda se mantém em vigor, por força do artigo nº 67 da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2013, sempre aditaremos que o Município de Lamego, não se encontra em situação de desequilíbrio financeiro, estrutural ou de rutura financeira, conforme se comprova com declaração que se anexa emitida pela Divisão de Finanças e Património, não constituindo, por isso, motivo de impedimento.*

*Assim, propõe à Câmara Municipal, ao abrigo do nº 2 do artigo 66º da Lei 64-B/2012 de 31 de Dezembro, o recrutamento excecional para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação dos 4 postos de trabalho acima referidos, para o Município, de entre trabalhadores contratados a termo ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, no caso de, nos procedimentos concursais que forem abertos para o efeito, se verificar a impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.*

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Questiono a imperiosa necessidade destes elementos nas áreas funcionais referidas. Na verdade, é a Câmara que se encontra melhor*



Presidente

Secretária

*posicionada para aferir da sua necessidade. Assim, dou o benefício da dúvida ao executivo, optando pela abstenção.”*

**34-ASSUNTO:** RELATÓRIO SEMESTRAL DE GESTÃO E CONTAS DE 2013 DA EMPRESA MUNICIPAL LAMEGO CONVIDA, EEM (COD 22-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 577/22-A/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que nos termos da alínea e) do artigo 23º dos Estatutos da Lamego Convida - Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, propondo à Câmara Municipal aprove o relatório semestral da empresa Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, com três votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e três votos a favor dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, tendo o senhor Presidente da Câmara, em exercício, utilizado o voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado o empate verificado.

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal por impedimento legal.

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** proferiu o seguinte: “*O relatório tem duas partes e em relação à análise de atividades, gostei de o ter lido, por apresentar programas que me parecem bastante oportunos e dinamizadores embora haja algumas questões que gostaríamos de ver melhor justificadas. De qualquer forma o relatório acerca das atividades desportivas é um bom relatório, apresenta conclusões que na nossa opinião deveriam no futuro ser consideradas pela Câmara nomeadamente no que se refere ao projeto do verão desportivo e da páscoa desportiva.*

*Quanto à situação económica e financeira parece-nos mais confusa e começaria por referir que o parecer do fiscal único menciona que na sequência da decisão de extinção da Lamego com Vida “ as atividade desenvolvidas pela Empresa serão objeto de internalização nos serviços da Câmara Municipal de Lamego, devendo os ativos e passivos da Empresa ser assumidos, na íntegra, pelo Município de Lamego.”*

*Continua também o relatório a afirmar que vai ser construído um edifício de comércio com 700 m2 a ser implementado na praça em frente ao pavilhão*

Presidente

Secretária

*multiusos que, tendo em consideração a situação do comércio local, não sei qual a sua finalidade. Será o de concorrer com o comércio do eixo barroco?*

*Afirma também este relatório que a empresa municipal Lamego Convida, que vai ser extinta em março de 2014, vai desenvolver e renovar o plano de sustentabilidade até 2036, o que vai para lá do prazo de liquidação.*

*Na demonstração de fluxos de caixa financeira, e não estou a pôr em causa os valores que aí estão expressos mas tira credibilidade a este relatório, é referido que na data de 30 de junho de 2013 a Caixa e seus equivalentes no fim do período é de € 156.418 e em 31 de junho 2013 o mesmo item tem € 1.138.707. Como pode estar correto se esta última data não existe?*

*Este relatório refere ainda, que os vencimentos do conselho de administração são aprovados pela Câmara Municipal e pela Assembleia e que estes em 30 de junho de 2012, recebiam 44.924,52€ e em 30 de junho de 2013 recebiam 53.966,02€. Como é possível face às reduções de vencimentos e reformas no país tenha havido um aumento de € 9.000 nos vencimentos da administração num semestre? Legalmente está correto, mas consideramos que no mínimo é censurável politicamente.*

*Na pág. 178 do relatório consta que existe uma conta bancária de € 910.000 na Caixa Geral de Depósitos para fazer face ao serviço da dívida da Lamego Renova. Oito páginas à frente é referido que foi feito por esta empresa com a Lamego Renova um contrato de suprimento de € 1.500.000 e que em 31 de dezembro de 2012 já tinha sido utilizado € 1.377.057. Também está definido que a Lamego com vida tem uma dívida ao BCP de 348.684 a pagar até 2027. Cumulativamente as duas empresas e a Câmara são responsáveis por um crédito com hipoteca no valor de € 18.691.628. E isto tudo da responsabilidade da CML conforme é referido pelo fiscal único*

*Segundo o relatório a Lamego Renova, em 31 de dezembro de 2012, tem um saldo negativo, no valor de 23.596€, e os débitos referidos anteriormente e pretende a Câmara realizar um contrato de arrendamento com esta empresa?*

*Afirma este relatório ainda que a Lamego Convida teve neste semestre um saldo positivo de 22.118€ mas apenas obteve de receitas 101.524. A empresa tem e terá sempre lucro porque a Câmara, responsável pelos resultados financeiros, transferiu neste semestre 778.000€ e transferirá sempre que for necessário para*

Presidente

Secretária

*cobrir as necessidades da empresa. Isto apenas representa a benevolência da Câmara Municipal de Lamego pela Lamego com Vida.*

*Por fim, fico ainda surpreendido que a empresa municipal gaste num semestre 27.970€ em publicidade e em comunicações 7.872€.”*

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Este Relatório tem o voto contra dos vereadores do PS.*

*O Relatório revela situações omissas e várias imprecisões. Para além se ser um documento demasiado extenso, com excessiva informação, esta é muitas vezes contraditória e confusa. O voto contra é também consequência da posição de princípio sobre a criação e funcionamento da Empresa Municipal Lamego Convida. Pensamos que a Câmara Municipal podia muito bem ter exercido as funções que estão atribuídas à Empresa Municipal. É visível a derrocada na relação entre os benefícios e os custos, bem como a sua falta de solidez e sustentabilidade económica. Estamos perante uma Empresa que não é autossuficiente, que não tem rentabilidade e por isso, não só não se justifica a sua manutenção, como não se justificava a sua criação. Continuamos a não saber quais os passivos da empresa e os seus montantes.”*

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** proferiu a seguinte declaração: *“Sou perfeitamente de acordo com a existência da empresa municipal Lamego Convida, EEM, porque o erro que foi cometido e que levou à extinção da mesma, foi pelo facto de sermos sérios demais, ou seja, se a Lamego Convida faturasse à Câmara e às associações culturais e desportivas tudo aquilo que cedeu gratuitamente, em termos de utilização de pavilhão seria autossuficiente e não estaria neste incumprimento da Lei, pois não conheço nenhuma empresa municipal no país, ou são poucas, aquelas empresas municipais que dão lucro, servem apenas o serviço público. Deixo, ainda, para vosso interiorização que, através desta empresa municipal é possível ter o Teatro a funcionar até às 00.00h e 01.00h da manhã, aos sábados e domingos, transferimos isso para o serviço público e vamos ver quanto nos vai custar só com horas extraordinárias.”*

**35-ASSUNTO:** ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014 (COD 43)

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 578/43/13, do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que seja aprovada a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2014, que explicitam as principais linhas de orientação estratégica para o nosso Município e as iniciativas e ações mais relevantes para o mesmo ano.

Mais propõe que, ao abrigo do estipulado no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, esta proposta seja submetida à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” e os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Comparando-se a atual proposta municipal com o orçamento do ano anterior constata-se que este apresenta uma redução de receita corrente e de capital de 50 milhões para 25 milhões de euros, valor na nossa opinião, mais consentâneo com a realidade lamecense. Embora se verifique uma grande redução no volume global, constata-se que na receita/despesa corrente (custos de funcionamento), os valores das transferências do Estado (FEF; FSM), dos impostos diretos, dos impostos indiretos específicos das autarquias locais são superiores ao do ano anterior. Situação que não se verifica nas receitas/despesa de capital (troca de ativos; ex: obras públicas) em que o governo central reduz significativamente as suas dotações. Este facto é um abonador da credibilidade das propostas dos vereadores do PS sobre os impostos, ao proporem a redução das suas percentagens em proveito do município, para minimizar o esforço financeiro dos contribuintes do Concelho de Lamego, mas simultaneamente garantir o funcionamento das atividades municipais de maior prioridade.*

*Mas, tal situação seria relevável, se os investimentos em obras públicas fossem em áreas importantes para o desenvolvimento económico e social de todo o Concelho. Tal desiderato não está explanado no Plano Plurianual para os próximos quatro anos ao prever investir 939.944 € nas freguesias com um total*

Presidente

Secretária

*de 14.477 habitantes e em Lamego, com uma população de 12214, cerca de 5,5 milhões de euros. Esta grande disparidade dos valores refletem-se na intenção da concretização de grande número de projetos na cidade de Lamego e de reduzida obra nas freguesias. Continua-se a investir na alteração da traça do eixo barroco, no melhoramento da Central de Camionagem, no Museu da Prata, na adaptação de edifício para acolhimento de artistas, na construção de mais um edifício comercial no Largo do Multiuso e deixa-se a cintura externa de Lamego, fundamental para a circulação do trânsito, para data posterior a 2015 e a água canalizada e o saneamento básico de freguesias como Magueija e Penajoia para um novo Plano Plurianual a definir após 2017. E não nos esqueçamos da manutenção das vias de comunicação de acesso às vilas e aldeias do nosso concelho, que na nossa opinião, são obras fundamentais para um desenvolvimento económico e social integrado bem como outras, a propor pelos Presidentes das Juntas, que de certeza serviriam melhor as populações do que as que estão previstas.”*

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Sempre tivemos para nós que os Planos e Orçamentos deviam ser rigorosos, realistas e objetivos. Não foi assim nos orçamentos apresentados pelo executivo do PSD e CDS-PP, nos últimos anos. Todos eles excessivamente elevados e empolados nas suas estimativas e depois executados em menos de metade. Assim, em termos de análise técnica, o que se assistia era uma enorme distância entre o projetado e a realidade.*

*Na verdade, os números deste ano, substancialmente mais reduzidos, parecem apontar para uma eventual preocupação em harmonizar mais aqueles conceitos. Do ponto de vista político, não concordamos com muitas das opções referenciadas neste Plano e Orçamento.*

*Continua a existir uma subversão das prioridades e uma aposta no que não é o mais importante e o mais necessário. As prioridades para nós são: equilíbrio o mais rapidamente possível das contas da autarquia, de modo a recuperar o livre exercício da ação autárquica sem condicionantes ou limitações externas, ganhando autonomia municipal; o investimento em projetos estruturantes para o desenvolvimento do Concelho, como sejam o domínio do ensino superior, a construção definitiva da circular externa à cidade, que só é apontada como*

Presidente

Secretária

*preocupação para 2015, a Zona Industrial de Várzea e o Complexo Desportivo de Lamego – estruturas que permitem benefícios económicos e sociais; a criação de programas de incentivo a projetos de investimento nos sectores da pequena indústria, do comércio, do turismo, da construção e dos serviços; a prática de uma visão global integrada de todo o Concelho no que concerne à distribuição do investimento, sem preferências e onde sejam respeitadas as diferenças das diversas freguesias, o que não está refletido neste orçamento, bem pelo contrário, pois continuamos a assistir a uma concentração do investimento na cidade, e ainda o desenvolvimento da função social do município.*

*Por isso, este orçamento devia refletir a redução das tarifas e impostos municipais que defendemos em sede de executivo municipal. Assim, para a taxa variável do IRS, o valor de 3% (devolução aos munícipes de 2%); a isenção completa da Derrama e a taxa de 6% para os prédios urbanos não avaliados e, para os prédios avaliados, a taxa máxima de 0,3%. Deste modo, o Município de Lamego demonstraria um maior espírito de solidariedade, de atenção e de salvaguarda dos interesses dos seus munícipes.*

*Verifica-se uma subida dos impostos diretos e indiretos, bem como das taxas e licenças municipais, o que revela a insensibilidade social deste executivo da coligação “Todos Juntos Por Lamego”.*

*A aposta nos fundos comunitários e as respetivas candidaturas devem deixar de privilegiar as obras de cosmética e ter como preocupação o domínio da rede de água e saneamento, uma vez que existem ainda no Concelho, nomeadamente nas freguesias da Penajóia, Magueija, Sande, Lalim, entre outras, imensas carências a este nível.*

*O documento refere que a redução das transferências do Orçamento de Estado tem sido cada vez maior, o que tem criado constrangimentos à ação do município.*

*Contudo, não podemos esquecer que também foi pelas opções deste executivo da coligação que a situação financeira da Câmara se deteriorou.*

*Não podemos, por isso, branquear, isentar de responsabilidade a ação da atual coligação nestes últimos 8 anos, a qual executou um conjunto de investimentos no mínimo duvidosos, o que gerou um desequilíbrio estrutural nas finanças do*

Presidente

Secretária

*município, ao ponto de necessitarmos de um Programa de Assistência Financeira (PAEL). Estamos a referir-nos concretamente à construção do Pavilhão Multiusos e à criação da Empresa Municipal Lamego Convida.*

*Assim, os vereadores do PS vão votar contra, porque o Plano e Orçamento são mais um instrumento que, no atual momento de crise e de austeridade em que todos vivemos, vai ainda mais sacrificar os lamecenses e criar-lhes dificuldades, não contemplando uma visão integrada e integradora, com vista a um desenvolvimento sustentado e equilibrado do Concelho.”*

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu a seguinte declaração: “O Partido Socialista propõe alternativas de investimento que não são viáveis, desde logo porque não são responsabilidade deste Município, por outro lado, porque não identificam cabalmente o problema de que estamos a tratar, refiro-me concretamente em relação à questão do ensino superior e do complexo desportivo de Lamego, da circular externa e das redes de águas e saneamento, porque foi exatamente o Partido Socialista que, enquanto governo, conduziu a esta situação e a esta arquitetura dos diversos temas em que nos integramos, como sejam na rede do ensino superior, que teve um momento para ser concretizada com fundos comunitários que o executivo socialista desprezou, enquanto outros institutos e universidades se dotaram de instalações adequadas ou até excessivas nos equipamentos desportivos de âmbito nacional que estão espalhados pelo país e ao qual Lamego devia ter acedido enquanto centro de alto rendimento e que não pôde fazer por incumprimento dos compromissos assumidos por parte do Instituto de Desporto e da Secretaria de Estado do Desporto. Bem como em relação às redes de água e saneamento nos termos da adesão do Município às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, decisão ruinosa para as finanças do município e pela qual estamos impedidos de apresentar candidaturas. Só pudemos apresentar uma única vez uma candidatura, na vigência do QREN, ao programa operacional de valorização do território, candidatamo-nos à ligação, que já referi, da zona nova de ampliação da cidade na envolvente do novo hospital, prevendo a ligação da rotunda do seminário diretamente à Etar, a qual resolveria todo o problema do saneamento do Bairro da Ponte e parte da cidade, da zona da Preguiça, das Lages, etc., mas a candidatura não foi aprovada. Tirando esse concurso que foi especificamente

Presidente

Secretária

*aberto para os Municípios que estão integrados em sistemas intermunicipais, nós estamos e estivemos sempre inibidos de fazer novas candidaturas desde o final do QCA III, o que significa que todos os investimentos feitos em termos de redes de água e saneamento, nomeadamente em Lazarim, Lalim, Magueija, Vila Nova de Souto D'el Rei, Figueira e outras, foram feitos com recursos próprios da Câmara, e foram muitos, embora ainda subsistam problemas para resolver.*

*Quanto à dimensão global do orçamento ele é exatamente igual aos anteriores e vou voltar a insistir naquilo que sempre aqui defendi, perante a oposição e na Assembleia Municipal é que, se não tivesse havido o PAEL e se não tivéssemos contraído o empréstimo de saneamento financeiro para pagar as dívidas a fornecedores, nós teríamos de somar a este orçamento mais 15.000.000€ de dívida a fornecedores e, portanto, nós teríamos sempre um orçamento superior a 40.000.000€. O plano plurianual de investimentos seria exatamente o mesmo de 25.500.000€ e o orçamento total seria no mínimo de 40.500.000€, porque teria de incluir os 15.000.000€ de dívida a fornecedores que estavam na conta de “fornecedores” e, portanto, estavam espalhados pelo conjunto de projetos que foram pagos por essa dívida. Portanto, nada muda na nossa ação entre os orçamentos anteriores e este orçamento, o que temos é um problema orçamental que é nacional e que tem a ver com o inflacionamento dos orçamentos que é indispensável, nomeadamente, quando se transporta dívidas a fornecedores para o ano seguinte. Como provavelmente pela primeira vez na história do município isso não acontece, podemos apresentar um orçamento mais reduzido e realista.*

*Quanto à situação económica e financeira do Município de Lamego, em termos formais, em termos documentais e em termos de índices, nunca esteve tão bem como hoje, temos uma dívida controlada, pelo menos até ao dia 1 de janeiro de 2014, altura em que vai ser alterada a Lei das Finanças Locais e o cálculo dos limites do endividamento passará também a ser diferente. Não temos dívidas a fornecedores a mais de 90 dias, o que nunca tinha acontecido na vida deste Município e, portanto, temos condições completamente garantidas para continuar a trabalhar, situação diversa acontecia em 2005, quando cheguei à Câmara e tinha 7.200.000€ de dívida a fornecedores, algumas com a maturidade de 3 anos, uma vez que já era uma dívida do ano de 2002, situação que era*



Presidente

Secretária

*mantida pelo executivo no qual o Dr. Manuel Ferreira teve responsabilidades e participou. Ou seja, não deixamos de assumir que tivemos muita vontade e ambição de fazer investimentos importantes, que consideramos que são fundamentais e que são estruturantes para o desenvolvimento do concelho o que acarretou um agravamento do endividamento municipal global. Ainda assim, passou de 12.000.000€ em 2005 para 26.000.000€ hoje, o que, quando se investiu cerca de 80.000.000€ não é grave a nosso ver, porque foram investimentos que tiveram uma boa participação de fundos comunitários, são investimentos que vão ter retorno na qualidade de vida das populações e na sustentabilidade das atividades económicas do Município que é por aí que se resolvem os problemas das pessoas, não é pela subsidiação direta como pretende aqui fazer passar o Partido Socialista que, normalmente, só beneficia aqueles que são mais espertos e mais lesto a pedir e não aqueles que estão honradamente a trabalhar no seu dia-a-dia que só querem ter condições boas para desenvolverem as suas atividades pessoais e profissionais, tratamento célere, justo e equitativo por parte dos poderes públicos e que não lhe compliquem a vida, que antes os ajudem apenas a levá-la com seriedade e como bons cidadãos. Concluo, dizendo que estou certo de que este orçamento, é um orçamento equilibrado que vai permitir realizar um conjunto de investimentos, quer no âmbito do QREN, quer do novo quadro comunitário que será aberto e lançado durante o próximo ano, que prevê investimentos na cidade e investimentos nas freguesias. Os valores que o Dr. Manuel Ferreira e o Sr. Coronel Armínio Mendes referiram, estão completamente errados, basta dizer que só o projeto que foi candidatado ao QREN do Museu do Entrudo e da Mascara de Lazarim, implica um investimento maior nas freguesias do que aquele que aqui referiram, pelo que não reflete com verdade e rigor a preocupação de investimento nas nossas freguesias que contemplam, ainda, as delegações de competências e de protocolos de colaboração técnica e financeira para investimentos para as nossas freguesias. Quanto à construção da CEL, não deixa de ser caricato que os senhores vereadores defendam a passagem do trânsito no centro da cidade e ao mesmo tempo a construção de uma circular que custa milhões de euros e que só é prioritária neste momento nos troços que já estão projetados pelo executivo e que serão candidatados a fundos*

Presidente

Secretária

*comunitários logo que possível, sendo tudo o resto propostas irrealistas e incompetentes. Este é, portanto, é um bom orçamento, equilibrado e realista, para ser aprovado e executado ao longo do ano de 2014.”*

**36-ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014 (COD. 44)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 580/44/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a gestão de recursos humanos preconizada pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, adiante designada (LVCR), aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, tem como suporte fundamental de trabalho o mapa de pessoal do órgão ou serviço, contendo os postos de trabalho ocupados e estimados anualmente como necessários ao desenvolvimento das atividades municipais, de acordo com as atribuições e competências que se lhe encontram cometidas.

A proposta de mapa de pessoal para 2014, em anexo, que nos termos da LVCR é aprovada conjuntamente com a proposta de orçamento municipal, contém 216 postos de trabalho, ocupados por trabalhadores em exercício efetivo de funções na Câmara Municipal de Lamego e 39 postos de trabalho desocupados, visando a respetiva ocupação, nomeadamente no âmbito de preenchimento, em recrutamentos futuros, caso se venha a justificar por motivo de estrita necessidade dos serviços, de acordo com as previsões legais.

Destes 39 postos de trabalho, 27 são relativos a trabalhadores que provêm da Empresa Municipal Lamego Convida, em sede da dissolução da empresa local, à Câmara Municipal de Lamego, nos termos do artigo 62.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, uma vez que são imprescindíveis à manutenção do funcionamento das atividades objeto de internalização. A dissolução está prevista ser plenamente concretizada no decurso do ano de 2014.

Verificaram-se, no entanto, 17 entradas relativas à entrada de 15 trabalhadores da Empresa Municipal Lamego Convida, (não contabilizados para efeitos de redução do número de efetivos) em cedência de interesse público, e 2 trabalhadores que cessaram a cedência com a Empresa Municipal Lamego Convida, que passaram a estar integrados no mapa de pessoal deste serviço.

Presidente

Secretária

A gestão integrada de recursos humanos alicerçada no mapa de pessoal deverá conter a caracterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho, por forma a objetivar com maior precisão as principais tarefas e funções exigíveis, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas constantes no Regulamento da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Lamego, de acordo com a previsão do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho.

O mapa de pessoal contendo a análise de funções e tarefas dos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, que se anexa, é um instrumento que se pretende que seja dinâmico e flexível, no sentido de poder incorporar, anualmente, as alterações que se venham a julgar convenientes, fruto de novas exigências ou alterações de paradigma de gestão organizacional e legal.

O presente mapa de pessoal, foi elaborado tendo em conta a adequação da estrutura orgânica do Município de Lamego, às regras e critérios estabelecidos na Lei n.º 49/2012, de 22 de agosto.

Assim, propõe que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6.º do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibere propor à Assembleia Municipal que, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 2, da referida Lei e da alínea a) do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, conjugado com o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, delibere aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2014.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, com as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Este ponto tem a abstenção dos vereadores do PS. É o executivo que, no decorrer da sua atividade política quotidiana, afere melhor das necessidades dos recursos humanos que precisa para cumprir os objetivos da organização. Contudo, deve esta ter sempre em atenção que o mapa de pessoal é um instrumento essencial de planeamento e gestão estratégica na sua ação governativa. Assim, é importante ter em atenção os critérios de racionalização,*

Presidente

Secretária

*transversalidade e equidade no sentido de cumprir com mais exigência os serviços públicos que presta aos cidadãos.”*

**37-ASSUNTO:** EMPRÉSTIMO DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA NO ÂMBITO DO PROGRAMA “REABILITAR PARA ARRENDAR” (COD. 31)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 579/31/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:

*“Lamego tem vindo a valorizar e integrar urbanisticamente o seu Centro Histórico, pelas intervenções que o Município tem vindo a efetuar, fruto do Programa Política das Cidades, levando a cabo ações na área que foi considerada como prioritária no Programa de Ações mais indicado para o concelho – “Programa Integrado de Valorização de Áreas de Excelência”, com investimentos que se realizaram e que se encontram a realizar, que ascendem, no seu conjunto, aproximadamente os € 10.000.000,00.*

*As obras das diferentes ações que compõem a Requalificação do Tecido Urbanístico e Arquitetónico da Cidade de Lamego, têm vindo a ser executados por força da aprovação da Candidatura ao Programa “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana”, regenerando a Centro Histórico e que integra o PU da cidade.*

*“A Reabilitação Urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da Política das Cidades e da Política de Habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do Parque Habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidade e de garantia, para todos, de uma Habitação Condigna”.*

*Em referência expressa no preâmbulo do Atual Regime de Reabilitação Urbana (decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro), introduz os grandes desafios que se colocam na atualidade às nossas cidades, à reabilitação urbana e à criação de um ambiente urbano mais favorável para a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos e das organizações.*

*Desafios, estes, que exigem um compromisso por parte de todos os agentes implicados, públicos e privados, que permita canalizar as forças e os recursos*

Presidente

Secretária

*numa direção comum de reabilitação efetiva das nossas cidades e dos seus centros históricos, por via de estratégia e operações integradas de reabilitação centradas nas áreas verdadeiramente necessitadas e segundo uma gestão pró-ativa que simplifique os processos, rompa com as tradicionais barreiras à reabilitação e aproveite as oportunidades que os novos instrumentos e o mercado oferecem.*

*O IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – criou e abriu as candidaturas ao novo Programa de Reabilitação Urbana “Reabilitar para Arrendar”. Este programa teve uma dotação inicial de 50 milhões de euros, proveniente de um empréstimo concedido pelo Banco Europeu de Investimento, com o destino prioritário para as seguintes tipologias:*

- Reabilitação ou reconstrução de edifícios cujo uso seja maioritariamente habitacional e cujos fogos se destinem a arrendamento nos regimes de renda apoiada ou de renda condicionada;*
- Reabilitação ou criação de espaços do domínio municipal para uso público desde que ocorram no âmbito de uma operação de reabilitação urbana sistemática, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto;*
- Reabilitação ou reconstrução de edifícios que se destinem a equipamentos de uso público, incluindo residências para estudantes;*
- Construção de edifícios cujo uso seja maioritariamente habitacional e cujos fogos se destinem a arrendamento nos regimes de renda apoiada ou de renda condicionada, dado que se tratem de intervenções de preenchimento do tecido urbano antigos.*

*Como requisitos para se proceder às candidaturas a este Programa, tinha ainda que preencher os seguintes requisitos:*

- Podiam candidatar-se a este Programa os Municípios, as Empresas Municipais e as Sociedades de Reabilitação Urbana;*
- O prazo de candidatura decorreu entre o dia 05 de abril e 06 de junho de 2013;*
- Cada candidatura poderia incluir várias intervenções;*
- As intervenções deveriam localizar-se em áreas de reabilitação urbana aprovadas ou em processo de delimitação, podendo localizar-se fora*

Presidente

Secretária

*destas áreas caso a candidatura seja apresentada ao abrigo do art.º 77-A do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto;*

- *As intervenções deverão iniciar-se num prazo de 12 meses a contar da data de abertura do período de candidaturas e deverão estar concluídas até ao dia 15 de dezembro de 2016;*
- *O financiamento previsto é realizado sobre a forma de empréstimos a 30 anos, com 10 anos de carência de capital e taxa de juro indexada à EURIBOR;*
- *Financiamento de 50% dos custos do investimento total de cada intervenção.*

*Foi neste contexto que o Município se candidatou, e de modo a seguir a regeneração urbanística e arquitetónica que se encontra a levar a efeito nas áreas do seu Centro Histórico, consubstanciando-se com o programa aprovado, uma vez que existe a necessidade de dar continuidade à reabilitação, e, sendo o município um elemento fundamental para a reabilitação da cidade, devendo dar o exemplo, ser o percursor na promoção das reabilitações, uma vez que é essencial recuperar os edifícios que se encontram em profundo estado de degradação, obsoletos, devolutos, de forma a potenciar mecanismos para continuar o afluxo da cidade, efetuando a candidatura ao Programa Reabilitar para Arrendar – Programa de Reabilitação Urbana, potenciando a reabilitação destes, para uso maioritariamente habitacional e que se destinam ao arrendamento, satisfazendo o regulamento e programa a que se candidatou.*

*A candidatura foi aprovada pelo Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que foi apresentada pelo município no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar, que se consubstancia nas seguintes intervenções:*

INTERVENÇÃO	
N.º Ordem	Designação
1	Reabilitação 4 edifícios na Ponte de Pau
2	Reabilitação 1 edifício na R. Marquês de Pombal
3	Reabilitação 1 edifício na R. da Pereira

Presidente

Secretária

*Foi autorizado a concessão do empréstimo, por parte do IHRU ao Município de Lamego, até ao montante de € 716.702,00, nas seguintes condições:*

- *Montante máximo: € 716.702,00;*
- *Prazo Total do Empréstimo: 30 anos;*
- *Data Limite de Utilização: 15/12/2015;*
- *Período de Carência: 10 anos;*
- *Amortização: 20 prestações constantes, anuais e consecutivas;*
- *Taxa de Juro: Euribor a 3 meses acrescida de margem BEI e Spread de 1,7%.*

*O financiamento compreende o período de 40 anos, com início previsional da primeira data de desembolso ainda no decorrer do ano vigente, conforme Anexo VIII.1 – Cronograma financeiro do Projeto a Financiar do Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito, e, tendo presente a informação n.º 531/SGEE/AC, de 2013/11/20.”*

Face ao exposto propõe à Câmara Municipal a autorização para a contração do empréstimo e as devidas cláusulas contratuais e contrato de financiamento respetivo, no âmbito da candidatura aprovada e modalidade de financiamento de até ao montante máximo de 716.702,00€ (setecentos e dezasseis mil, setecentos e dois euros), enquadrando-se dentro dos níveis de rateio calculado pela DGAL (€ 772.791,00) estando sujeito à consequente eficácia do contrato a assinar, de modo a que o Município de Lamego continue a aproveitar financiamento, como é o caso, importante, para a reabilitação que se pretende efetuar, uma vez que tem um enorme cariz social, bem como, para o cumprimento do disposto do n.º 1 do artigo 11.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a aprovação do valor do contrato anexo e respetivos encargos plurianuais previsionais que lhe estão associados.

Mais propõe que a mesma seja submetida a deliberação do órgão deliberativo para aprovação da autorização de empréstimo, no âmbito da citada modalidade de financiamento, que adveio da aprovação da Candidatura mencionada, uma vez que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, “Autorizar a contratação de empréstimos”, nos termos da alínea f) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 27 de setembro e nos termos do artigo 38.º da Lei n.º

Presidente

Secretária

2/2007, de 15 de janeiro, que aprova a Lei das Finanças locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de agosto, bem como a aprovação do respetivo contrato de financiamento e respetivos encargos plurianuais que lhe estão associados, tendo em conta os fundamentos expostos.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com as abstenções dos Vereadores do partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me nesta matéria, uma vez que, embora reconheça o mérito do projeto, dado o atual estado financeiro da Câmara Municipal, não é crível que o projeto seja viabilizado. Tudo aponta para que a Câmara Municipal tenha ultrapassado o limite legal de endividamento, o que limita o recurso a empréstimos, no sentido de concretizar o pretendido. Os sucessivos empréstimos em catadupa e sem critério não permitem agora a satisfação desta e de outras necessidades sociais, tão importantes para as populações.”*

**38-ASSUNTO:** AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (**COD 27**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 581/27/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que, no seguimento da publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, carece de autorização prévia da Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia.

Considerando que:

- Nos termos do artigo n.º 22 do Decreto-lei n.º 197/99, de 08/06, que determina que abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a



Presidente

Secretária

prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo órgão deliberativo salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes aos da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

- A obtenção de prévia autorização da Assembleia Municipal, nos termos anteriormente configurados, irá, procedimentalmente, determinar que todos os procedimentos de contratação pública, com efeitos económicos plurianuais, tendo como objeto as áreas de intervenção acima mencionadas e constantes no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, sob a epígrafe “compromissos plurianuais”, só podem, legalmente, ser iniciados com adoção da decisão administrativa de contratar, desde que se encontre conquistado tal formalismo.

- O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada Lei dos Compromissos, estabelecendo que a referida autorização para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação dos documentos previsionais;

- Nos termos do quadro legal em vigor, a Assembleia Municipal tem, anualmente, cinco sessões ordinárias, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, situação que pode, administrativamente, tornar a aplicação de tal mecanismo de difícil execução prática;

- A obtenção, por parte do órgão deliberativo, de parecer genérico favorável à assunção de tais compromissos financeiros plurianuais, em situação devidamente justificada, designadamente pela sua diminuta expressão financeira, poderá vir a introduzir maior simplicidade a tal procedimento, sem comprometer o princípio da legalidade que lhe está subjacente;

Assim, face ao exposto, propõe:

1. Que seja aprovada, pelo órgão executivo municipal, a presente proposta de pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais.
2. Caso a presente proposta seja aprovada pelo Órgão Executivo Municipal, a mesma deverá se submetida à Assembleia Municipal para que esta, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, e em

Presidente

Secretária

reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, delibere emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes aos da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

3. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, vem introduzir maior simplicidade ao nível administrativo/procedimental, agilizando, pela aplicação da lei, a sua execução prática, sem comprometer o princípio da legalidade e requisitos legais, atualmente em vigor, na assunção e execução da despesa.

4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

5. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 2 e 3, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” e os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Esta proposta do executivo tem a posição desfavorável e o voto contra dos vereadores do PS.*

*Esta posição tem por base uma questão de princípio e prende-se com a leitura política que faz dos poderes da Assembleia Municipal.*

*Estamos face a uma proposta que retira àquele órgão a possibilidade de exercer as suas competências, nomeadamente o exercício do poder e do dever de acompanhar e fiscalizar a gestão autárquica.*

*Cada órgão deve assumir as suas competências. Só assim se assegura o respeito pelos princípios do rigor, transparência e prudência que devem nortear a atuação dos órgãos eleitos.*

Presidente

Secretária

*Pensamos que admitir esta autorização é furtar-nos ao debate, ao contraditório e ao escrutínio.”*

**39-ASSUNTO:** CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – PRESTAÇÃO & CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO MUNICIPAL (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 582/27/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:

*“Considerando:*

*A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais (LFL), prevê no artigo 46.º, a obrigatoriedade dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de empresas municipais, elaborarem as contas consolidadas, referindo ainda que, os procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).*

*As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 47.º da LFL, pela Câmara Municipal e submetidas a apreciação da Assembleia Municipal, sendo posteriormente publicitadas em harmonia com o previsto no artigo 49.º da LFL.*

*A entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alteraram-se os pressupostos de constituição da Empresa Municipal, nomeadamente porque se veio regular situações que o quadro legal anterior não previa. Com efeito,*

*O Artigo 62.º da referida Lei, prevê situações que, em concreto, determinam, obrigatoriamente, a dissolução das Empresas Locais no prazo de seis meses, a contar da data em vigor daquele regime jurídico.*

*A empresa encontrando-se, nas situações previstas nas alíneas a) e b) do referido Artigo 62.º, dado que as vendas e as prestações de serviços durante os últimos três exercícios económicos não cobrem, pelo menos 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios, bem como e constata que o peso contributivo dos subsídios à exploração recebidos do Município de Lamego, ao abrigo do contrato-programa, é superior a 50% dos restantes rendimentos da empresa.*

*Que na Assembleia Municipal de Lamego de 25 de fevereiro de 2013, foi deliberado, por maioria, a dissolução da Lamego Convida – Gestão de*

Presidente

Secretária

*Equipamentos Municipais, E.E.M., devendo as atividades por si desenvolvidas ser objeto de internalização nos serviços da Câmara Municipal de Lamego.*

*O Relatório de Gestão e Contas do Ano Económico de 2012 da Empresa Municipal Lamego Convida, E.E.M., foi analisado e deliberado, de acordo com o n.º 1 do artigo 33.º dos Estatutos da referida empresa municipal. O mesmo foi aprovado por maioria na sessão ordinária da Câmara Municipal, datada de 09 de julho de 2013.*

*As implicações subjacentes ao regime contabilístico a que está sujeito a empresa participada, ou seja, o SNC (Sistema de Normalização Contabilístico), bem como as implicações do plasmado anteriormente relativamente à dissolução e internalização, levou a que o trabalho desenvolvido em articulação com o Revisor Oficial de Contas só agora tivesse o seu término.*

*Os serviços procederam à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, sempre em articulação e supervisão do Revisor Oficial de Contas, nomeado pela Ex.ma Assembleia Municipal, e que se encontram vertidas na Prestação & Contas Consolidadas 2012.”*

Assim, propõe que a Câmara Municipal delibere e aprove a Prestação & Contas Consolidadas 2012, que contém: as demonstrações Financeiras Consolidadas respeitante ao ano de 2012; Mapa de Fluxos de Caixa consolidado; e, Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Mais propõe, que a Câmara Municipal submeta a Prestação & Contas Consolidadas 2012, à aprovação por parte do órgão deliberativo, Assembleia Municipal.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” e os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Este ponto tem a posição desfavorável e o voto contra dos vereadores do PS. O Relatório revela um espírito otimista e positivo no que respeita à atividade da Empresa Municipal Lamego Convida, o que é manifestamente um mascarar da sua ação. Estamos perante uma Empresa que*

Presidente

Secretária

*só causou prejuízos a ela própria e ao Município, ao ponto de ter de ser extinta e das suas atividades terem de ser internalizadas na Câmara Municipal.”*

### **APÓS A ORDEM DO DIA**

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 50º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

#### **40-ASSUNTO: RECRUTAMENTO EXCECIONAL DE TRABALHADORES PARA PROVIMENTO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO (COD 44)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 583/44/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“Considerando que:*

*1- Tendo em conta a proposta de submissão para aprovação do Mapa de Pessoal para 2014, à Câmara Municipal, e verificadas as carências de pessoal agravadas pelo término de contratos a termo certo, no início do próximo ano, julgamos ser oportuno que em simultâneo, se submeta, também, a presente proposta para decisão do órgão executivo, em vez de a submeter a aprovação em reunião de Câmara e em sessão de Assembleia Municipal, separadas, por razões de eficácia e de economia de meios, procedendo-se assim, desde já, à abertura do presente procedimento concursal, no início do ano, para as áreas em questão.*

*2- O Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, que procedeu à aplicação e adaptação à Administração Local da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações, (LVCR) designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos respetivos órgãos, determina nos artigos 4º e 9º que o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho previstos e não ocupados nos mapas de pessoal, aprovados nas condições estabelecidas no nº 2 do artigo 6º da LVCR, são precedidos de aprovação do respetivo órgão executivo (Câmara Municipal);*

*3- O disposto no artigo 66º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013 (OE 2013), dispõe no seu artigo 1º,*

Presidente

Secretária

*que as autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, salvo em situações excecionais devidamente fundamentadas;*

**4-** *Nos termos do nº 2 do citado artigo, a abertura de procedimentos concursais só pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:*

- a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no sector de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;*
- b) Seja impossível a ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos nºs 1 a 5 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;*
- c) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;*
- d) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos no artigo 50º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas nºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, e na Lei nº 57/2011, de 28 de novembro;*
- e) Seja demonstrado o cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento da PAEF, considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior.*

Presidente

Secretária

*5- Nos termos do nº 8 do artigo 66º da LOE 2013, esta disposição tem carácter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.*

*6- Nesta conformidade, propõe: que, nos termos do nº 2 do artigo 66º da LOE 2013, a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que autorize a abertura de procedimento concursal para o recrutamento excecional de dois trabalhadores, cujos postos de trabalho vão ser criados no Mapa de pessoal para 2014:*

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Um assistente técnico;</i></li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Um assistente operacional;</i></li> </ul>

*O conteúdo funcional, bem como os requisitos habilitacionais e outros aspetos específicos encontram-se previstos no mapa de pessoal aprovado na reunião de hoje, dia 25 de novembro.*

*Tendo em vista a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, podem candidatar-se também candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida constituída.*

*A presente proposta fundamenta-se e tem por base o seguinte:*

- a) Tendo a necessidade premente da ocupação destes postos de trabalho, uma vez que os trabalhadores que se encontram neste momento a executar estas tarefas, adiante designadas, vão terminar os seus contratos no início do ano de 2014, e que estes postos de trabalho se encontram previstos no mapa de pessoal, ora aprovado, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado (CTI);*
- b) Foi ainda ponderado o recurso a outros instrumentos de mobilidade, nomeadamente mobilidade interna intercarreiras, através de uma consulta aos Srs. Chefes de divisão, para perceber se algum trabalhador com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, podia ser colocado nos serviços em questão. No entanto esta diligência processual mostrou-se infrutífera. Assim, e tendo em conta as informações dos respetivos serviços, é de manifesto interesse público que estes postos de trabalho sejam assegurados, recorrendo ao recrutamento excecional de pessoal, através de um procedimento concursal;*

Presidente

Secretária

- c) *Relativamente à previsão dos encargos com os recrutamentos em causa, encontram-se os mesmos previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam, para o ano de 2014;*
- d) *Consultada a listagem dos registos na aplicação SIAL, verifica-se que este requisito tem sido cumprido integral e pontualmente o dever de informação;*
- *O SIOE é uma base de dados relativos à caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos respetivos recursos humanos;*
- *A Câmara Municipal de Lamego tem procedido regularmente ao carregamento e atualização dos dados, trimestralmente, no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), criado junto da Direção-Geral das Autarquias Locais, onde consta a caracterização das entidades públicas e caracterização dos recursos humanos das entidades públicas.*
- e) *À semelhança do que tem sido legislado pelos consecutivos Orçamentos de Estado, poder-se-á inferir que em 2014, se irá prosseguir esta estratégia de redução de custos com pessoal e na consequente redução de trabalhadores na Administração Pública. Contudo, só após a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2014, é possível definir os pressupostos para a efetiva redução de trabalhadores neste Município.*

*É neste contexto que, dado o término de 2 contratos de trabalho a termo certo e havendo necessidade imperiosa de assegurar algumas das funções que vinham sendo desempenhadas, sob pena de se criarem dificuldades ao normal funcionamento dos serviços, agora reforçados com renovadas e acrescidas funcionalidades, por força da entrada em vigor, em janeiro próximo, da nova estrutura orgânica, impõe-se a ocupação dos seguintes postos de trabalho:*

***Um posto de trabalho – Assistente Técnico*** - *Desenvolve funções que se enquadram em diretivas gerais dos dirigentes e chefias, de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade-processamento, pessoal e aprovisionamento e economato, tendo em vista assegurar o funcionamento dos órgãos incumbidos da prestação de bens e serviços. Assegura a transmissão de comunicação entre os vários órgãos, assegura trabalhos de dactilografia, trata informações, recolhendo e efetuando apuramentos estatísticos elementares, elabora mapas*



Presidente

Secretária

*de férias, anota faltas ou anomalias e providencia pela sua correção e andamento, através de ofícios, informações ou notas. Organiza, calcula e desenvolve os processos relativos à situação de pessoal e à aquisição e ou manutenção de material, equipamentos, instalação ou serviços. Auxilia o serviço administrativo do Gabinete, bem como apoio ao Vereador do mesmo. Estando este lugar previsto no mapa de pessoal, foram os encargos com o recrutamento que ora se propõe, previstos no Orçamento do Município para 2014.*

***Um posto de trabalho – Assistente Operacional (Sanitários) - Exerce a vigilância nos jardins e parques, sendo responsável pelos bens e equipamentos; participa superiormente as ocorrências. Efetua a limpeza e conservação das instalações que lhe estão afetas no Parque Biológico e nos sanitários do Parque. Assegura a limpeza e a conservação das instalações sanitárias que lhe estão afetas, cujo posto de trabalho se encontra previsto no mapa de pessoal para 2014 e os encargos com o recrutamento que ora se propõe, previstos no Orçamento do Município;***

*Finalmente e no que concerne ao artigo 43º da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro, o Orçamento de Estado para 2011, preceito que ainda se mantém em vigor, por força do artigo nº 67 da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro, Orçamento de Estado para 2013, sempre aditaremos que o Município de Lamego, não se encontra em situação de desequilíbrio financeiro, estrutural ou de rutura financeira, conforme se comprova com declaração que se anexa emitida pela Divisão de Finanças e Património, não constituindo, por isso, motivo de impedimento. ”*

Assim, propõe à Câmara Municipal, que autorize a abertura destes procedimentos concursais, após a aprovação do Mapa de Pessoal para 2014, para o recrutamento excecional para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação dos 2 postos de trabalho acima referidos, para o Município, de entre trabalhadores contratados a termo ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, no caso de, nos procedimentos concursais que forem abertos para o efeito, se verificar a impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

Presidente

Secretária

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** declarou que este ponto tem a abstenção dos vereadores do PS. Questionou a imperiosa necessidade desta proposta. Na verdade, é a Câmara que se encontra melhor posicionada para aferir da sua urgência. Assim, dá o benefício da dúvida ao executivo.

**41-ASSUNTO:** CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM A AGIR LAMEGO, IPSS (**COD 47**)

Na sequência do ofício emanado da associação AGIR LAMEGO, IPSS, presente à reunião a minuta do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Lamego e a AGIR LAMEGO, IPSS, que visa a cedências de instalações, em regime de comodato, para funcionamento da sede da referida associação, na antiga escola primária em Souto Covo, Lamego.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**42-ASSUNTO:** CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO ARROZ DE FORNO DE SOUTO COVO - LAMEGO (**COD 47**)

Na sequência do ofício emanado da Associação de Amigos do Arroz de Forno de Souto Covo, Lamego, presente à reunião a minuta do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Lamego e a referida associação, que visa a cedências de instalações, em regime de comodato, para funcionamento da sua sede, na antiga escola primária em Souto Covo, Lamego.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**43-ASSUNTO:** CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DE VISTORIA (**COD 42**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 584/42/13 do senhor Vereador de Obras e Urbanismo que vem acompanhada da informação n.º 3480/DUDE, de 19/11/2013, propondo à Câmara Municipal que delibere nomear para constituir as comissões de vistoria, descritas na referida informação, os seguintes elementos da DUDE, que integrarão as referidas vistorias em número

Presidente

Secretária

de três indicados, caso a caso, pelo chefe de divisão, atendendo ao tipo de vistoria, local, qualificação exigida e à gestão dos recursos da divisão:

- Marolina Maria Gouveia Oliveira;
- Jorge Manuel da Conceição Pereira Caetano;
- Isabel Maria Lázaro Rodrigues;
- Raquel dos Santos Barros Guedes Marques;
- Ana Sofia Oliveira Rebelo;
- Andrea Sofia Portugal Gonçalves da Mota;
- Henrique António de Abreu e Rodrigues.

Mais propõe que, para as vistorias realizadas nos termos do n.º 2 do Artigo 87º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, atendendo a que fazem parte das obras de urbanização os espaços verdes, as redes de distribuição de água e de recolha de águas residuais e pluviais, sejam indicados dois técnicos, um efetivo e outro suplente por parte da DAQV e DMSU.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição da comissão de vistoria proposta, no entanto, os dois técnicos a designar pela DAQV e DMSU, devem ser indicados pelos Chefes das referidas divisões.

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, inscreveram-se para intervir os seguintes munícipes:

- 1- Maria Luísa Coruche Frias Manso, residente na Rua de Almacave, Lamego;
- 2- Amândio do Carmo Fonseca, Presidente da Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego;
- 3- Dimas da Piedade Francisco, residente em Cepões;
- 4- Maria Aldina Duarte Pereira Rodrigues Magalhães; moradora na Rua Nova, Lamego;
- 5- Presidente da Junta de Freguesia de Cambres.

**1-** Interveio a senhora **Maria Luísa Coruche Frias Manso** para questionar o Executivo acerca do pedido de indemnização que a sua filha Paula Aldina Dias

Presidente

Secretária

Manso requereu a esta Câmara, devido à ocorrência de um sinistro de que foi alvo no dia 25 de outubro de 2012, na Rua das Cortes, solicitando o respetivo pagamento da indemnização.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu à senhora Maria Luísa Coruche Frias Manso que existem mais casos semelhantes ao seu e que outros pedidos existem, por vezes até duvidosos, isto é, de se afirmar por vezes, que o carro caiu num buraco quando na verdade, bateram com ele noutro lado, competindo à Câmara em primeiro lugar verificar as circunstâncias do acidente, e depois verificar o tipo de danos existentes, danos diretos relativos aos tratamentos, prejuízos por inatividade profissional, ou seja, salários não recebidos e depois outro tipo de danos que são sempre difíceis de contabilizar. Portanto, temos quatro tipos de circunstâncias que têm de ser verificadas, algumas não são verificáveis e, portanto, a Câmara tem de acreditar nas pessoas e o que se faz nos casos que não são fáceis de quantificar os prejuízos resultantes, envia-se o processo para a companhia de seguros, e esta coloca, imediatamente, este tipo de dificuldades e não aceita.

Ainda assim, quando este processo vier à Câmara para ser deliberado e se a decisão que vier a ser tomada não lhe for satisfatória, obviamente, que o recurso aos Tribunais será sempre uma solução.

**2-** Interveio o senhor **Amândio do Carmo Fonseca** para se referir à situação em que se encontra a APITIL - Associação para a Infância e Terceira Idade de Lamego que desenvolve uma atividade sem fins lucrativos. Apesar de a Câmara ter já atribuído um subsídio, o que muito agradece, no entanto, solicitou à Câmara Municipal que, com a maior brevidade, fosse pago o restante subsídio e a parte que foi retida pela dívida da água, para que, com esse dinheiro, conseguir pagar dois salários aos seus funcionários que estão em atraso.

A propósito deste assunto o senhor Vereador **Manuel António Rebelo Ferreira** solicitou ao senhor Presidente da Câmara que aferisse, com a maior objetividade e celeridade possível qual o montante remanescente a que tem direito a instituição de modo a que esta possa fazer face às suas dificuldades, tendo em conta o serviço social que presta.

Presidente

Secretária

O senhor **Vereador José Fernandes Pereira** afirmou que nunca foi contra a atribuição do subsídio, e que na reunião de Câmara de 11 de novembro último, o Vereador Armínio Mendes foi quem fez a proposta de que fosse analisada a situação financeira da APITL a curto e médio prazo, de forma a que a Câmara estivesse em condições de poder analisar a possível atribuição de mais um subsídio até ao Natal de 2013, a qual mereceu a concordância do restante executivo presente, dado que a APITIL merece a sua maior consideração, pois tem desempenhado um papel social importante no concelho de Lamego.

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** esclareceu que, de facto, na última reunião tomou uma posição de que dentro das possibilidades financeiras da Câmara, uma vez que com a Lei dos Compromissos não é fácil fazer aquilo que seria habitual, houvesse uma rapidez na tomada de decisão de atribuir os valores retidos para o pagamento da água para que, com este dinheiro a APITIL possa suportar os vencimentos dos funcionários que lá trabalham, porque se os trabalhadores não desempenharem de uma forma competente as suas funções, de certeza que os seus utentes irão ser prejudicados e isso criará um problema social.

Afirmou, ainda, que uma vez que a APITIL pretende fazer uma recuperação financeira de forma a dar continuidade ao seu trabalho e conseguir suportar a sua atividade, a Câmara obrigatoriamente terá de a apoiar, mas se houver mais instituições de solidariedade social no concelho de Lamego que estão a passar por dificuldades, tal como o pedido de hoje do Patronato Nun'Alvares Pereira, da parte dos Vereadores do Partido Socialista, haverá sempre disponibilidade para, dentro da legalidade, apoiar essas instituições. Vale mais apoiar as pessoas do que patrocinar cimento.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que relativamente ao apoio que foi atribuído à APITIL, existe uma divergência. De facto, em relação aos montantes da dívida da água que foram deduzidos ao subsídio que foi atribuído à APITIL, isso já foi analisado pelos serviços que têm um entendimento contrário ao da APITIL.

Em relação ao valor remanescente resultante da diferença entre o valor do protocolo efetivamente atribuído de 37.500,00€ e os 50.000,00€ pretendidos, no valor de 12.500,00€, referiu que este valor não é suficiente para resolver o

Presidente

Secretária

problema da APITIL. Portanto, os serviços irão novamente averiguar a questão da faturação da água, após o que irá decidir sobre a atribuição, ou não, do valor remanescente.

Por outro lado, o senhor Presidente esclareceu, ainda, ao Vereador Arminio Mendes que não se trata de dificuldades financeira da Câmara, nem da Lei dos Compromissos, a Câmara tem possibilidade a qualquer momento de pagar o subsidio à APITIL, o que não pode fazer é pagar um subsidio à APITIL para pagar dívidas aos funcionários, porque senão teria de dar também às outras IPSS de todo o concelho que passam dificuldades e, no limite, acabava a Câmara, a título de exemplo, e passando o exagero, por pagar os vencimentos do CTOE, porque todos se socorreriam da Câmara e deixariam de cumprir com as suas obrigações, sabendo que a Câmara se substituiria às responsabilidades que os dirigentes das associações e todos os órgãos sociais têm e não é isso que o senhor Amândio Fonseca pede. O que o senhor Amândio pede é um apoio à APITIL porque tem um conjunto de dificuldades financeiras, nomeadamente dívidas aos funcionários, mas que decorre de uma situação de desequilíbrio de financiamento que decorreu a partir de 2012, altura em que a Segurança Social reduziu as transferências porque entendeu que os comprovativos dos utentes do Infantário não estavam corretos e porque a APITIL mantém, desde há muito tempo, um conjunto de utentes que não fazem parte do protocolo com a Segurança Social. Estes representam um custo acrescido sem contrapartida pelo Estado do apoio que lhe era devido, e, portanto, a Câmara poderá, de alguma maneira, fazer-se substituir a esses instrumentos que falharam e que colocaram a APITIL em dificuldades, admitindo a Câmara poder-se substituir a todos esses mecanismos que falharam, ajudando a APITIL com um subsidio que terá de ser perfeitamente pontual e justificado como foi e não pode ser pelo simples motivo de a APITIL ter dificuldades e a Câmara ter possibilidades.

Afirmou, ainda, que desejava que todas as instituições e todas as empresas consigam funcionar por si próprias, sem ter necessidade de apoios extraordinários das instituições públicas e que só em situações de desequilíbrio pontual e devidamente justificado é que se pode dar esse apoio. Doutra forma seria melhor municipalizar toda a ação social, deixar de haver IPSS, deixar de haver empresas nesta área e a Câmara assumir todas essas responsabilidades

Presidente

Secretária

de forma direta. Não é esse o dispositivo legal que é aplicado a estas situações e, portanto, tem de haver conformidade com a lei e, dentro dela, apoiar as instituições, mas, sobretudo, apoia-las por antecipação, ou seja, criando condições para que possam trabalhar, para que possam ter utentes, para que possam ter os apoios diretos do Estado, este sim, é que tem responsabilidade e obrigação porque cobra os impostos dos cidadãos para esse efeito. As competências do Município em termos de ação social, são absolutamente marginais e por isso há que colocar as questões nos termos em que elas devem ser avaliadas e não de uma forma genérica, sendo muito fácil para os vereadores da oposição dizer que apoiam sempre.

**3-**Tomou a palavra o senhor **Dimas da Piedade Francisco** começando por dar os parabéns ao novo Executivo pelo novo mandato, esperando grandes êxitos, para o Município no mandato que agora começa.

De seguida referiu que junto da sua casa em Britiande o pavimento não está concluído, solicitando a intervenção desta Câmara.

Por fim, insistiu na correção do lapso que cometeu aquando do pedido de indemnização no valor de 1.500€, quando, na verdade, deveria ter pedido 2.000€, tal como constava da fatura, tendo, por esse motivo novamente pedido a ultrapassagem desse engano, através do pagamento dos 500€, remanescentes.

**4-** Tomou a palavra a senhora **Maria Aldina Duarte Pereira Rodrigues Magalhães**, para lembrar esta Câmara Municipal que existe uma casa em ruína, na Rua Nova, em Lamego, junto à sua habitação, tendo já feito um pedido de vistoria, ao qual a Câmara ordenou que a Santa Casa da Misericórdia de Lamego, proprietária do referido imóvel, procedesse ao processo de demolição. Referiu, ainda, que no referido imóvel se encontram alojadas três pessoas alcoólicas, não têm água, nem eletricidade, mostrando-se preocupada com esta situação, uma vez que o período pode ruir a qualquer momento, o que provocará danos também na sua habitação.

Relativamente a esta situação a senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** informou que tem conhecimento do que se passa, sabe que a casa não tem condições de habitabilidade, disse que já foi proposta a ida para o

Presidente

Secretária

CAT-Centro de Acolhimento Temporário, mas como implica a assinatura por parte dos interessados, estes recusam-se a fazê-lo. Disse, ainda, que a intervenção do Ministério Público só acontece quando estas pessoas representam perigo para a sociedade. Contudo, o Executivo continuará a acompanhar este caso.

A senhora **Vereadora Isolina Augusta Rodrigues Guerra** afirmou que tem conhecimento deste caso, que a pedido do senhor Padre Abrunhosa, pároco da freguesia de Almacave, foi colocada lá uma pessoa, sem abrigo, mas que passado algum tempo outros ocuparam a mesma habitação.

O senhor **Vereador José Fernandes Pereira** afirmou que o prédio só poderá ser demolido, quando os seus ocupantes forem realojados, situação que pretende ver resolvida o mais rapidamente possível.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** referiu que, se o imóvel não tem condições de habitabilidade, a Santa Casa da Misericórdia de Lamego deverá ser responsabilizada ao deixar que as pessoas continuem a ocupar o imóvel, devendo dar um contributo para a resolução deste caso.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu à senhora Maria Aldina Duarte Pereira Rodrigues Magalhães que, no concelho de Lamego, existem múltiplos casos semelhantes, no entanto, esta situação só poderá ser resolvida quando estas pessoas forem realojadas, após o que a Santa Casa da Misericórdia procederá à referida demolição.

Espera, conjuntamente com a Santa Casa da Misericórdia de Lamego, poder realojar as pessoas, o que poderá vir a acontecer na casa da Rua da Olaria que a Santa Casa está a reconstruir no âmbito do projeto de regeneração urbana "Viver Lamego". No entanto, existe a convicção de que estas situações são muito complexas e morosas de resolver. Entretanto os serviços de ação social acompanharão esta situação, sendo que em relação às questões de acompanhamento de dependências, nomeadamente droga e álcool, abrirá no próximo mês uma consulta regular no antigo dispensário, que esperamos possa ajudar nesta situação e noutras similares.

**05-**Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Cambres** para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre os rumores que



Presidente

Secretária

correm acerca da integração da Escola de Cambres na Associação de Freguesias do Norte, mostrando-se preocupado com tal situação, uma vez que isso vai implicar a deslocação das crianças de Cambres para o Centro Escolar de Lamego.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cambres que tinha colocado esta questão na última reunião que tinham tido, apenas para manter a discussão sobre a melhor forma de gestão do parque escolar, sendo que, pelo menos durante este ano letivo, não haverá qualquer alteração na gestão, nem a Escola de Cambres não será encerrada. No entanto, disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cambres terá um papel fundamental nesta matéria, nomeadamente no cumprimento integral da delegação de competências e na captação de alunos para permanecerem em Cambres e não se deslocarem para as escolas da cidade, sob pena da escola de Cambres ter de vir mesmo a fechar.

**44-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade.

**45-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária